



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE – PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DG
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

GABRIEL MADUREIRA ATTEM

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE – PB: ESTUDO DE
CASO NA ZEIS JARDIM EUROPA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

GABRIEL MADUREIRA ATTEM

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE – PB: ESTUDO DE
CASO NA ZEIS JARDIM EUROPA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) –
Monografia - apresentado ao Departamento de
Geografia da Universidade Estadual da Paraíba –
UEPB como requisito parcial à obtenção do título
de licenciado em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Urbana

Orientador: Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde.

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A884p Attem, Gabriel Madureira.

A produção do espaço urbano de Campina Grande - PB [manuscrito] : estudo de caso na ZEIS Jardim Europa / Gabriel Madureira Attem. - 2022.

60 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde , Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Produção do espaço urbano. 2. Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS. 3. Desigualdades socioespaciais. I.

Título

21. ed. CDD

GABRIEL MADUREIRA ATTEM

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE – PB: ESTUDO DE
CASO NA ZEIS JARDIM EUROPA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) –
Monografia - apresentado ao Departamento de
Geografia da Universidade Estadual da Paraíba –
UEPB como requisito parcial à obtenção do título
de licenciado em Geografia.

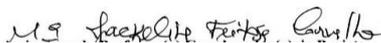
Área de Concentração: Geografia Urbana

Aprovada em: 11/02/2022

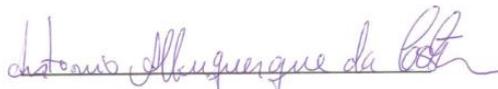
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde (Orientador)



Prof. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho



Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais: Ivaneide e Defala pela vida, assim como, aos meus avôs Fozy Attem (*in memoriam*) e Inácio Alves Madureira (*in memoriam*) e avós Rosenilta Maria de Carvalho Attem e Maria Joaquina da Trindade (*in memoriam*) que formam a base e a raiz do meu ser. Agradeço também às minhas irmãs Jamila e Thaís; e, ao meu irmão Jorge Lucas (Boca) pelo companheirismo, amizade e carinho.

Compartilho do mesmo sentimento com as minhas tias Menininha (Ione), Nida (Ivanilda), tia Teresa e tia Rosália que são como segundas-mãe para mim. Ao meu tio/padrinho Jurema (Iremar – *in memoriam*) que se foi tão cedo e a minha madrinha Edna, geógrafa e mulher de imensa visão. Muito obrigado tio Buido (Ivanildo), tio Dé (Ideildo), tio Jorge e tia Delma pela força. Obrigado também aos vários primos e primas pelo imenso apoio.

Grato à banca, composta pelo professor Arthur, ao qual agradeço imensamente pela orientação, ensinamentos e paciência para produção deste escrito e além. Muito obrigado ao professor Antonio pelo grande incentivo, múltiplas ideias e empatia fora do comum. Grato pela professora Jackeline devido à imersão, imensas trocas e saberes compartilhados.

Agradeço também a todos os professores do curso de Geografia da UEPB, em especial à professora Camila e ao professor Jonas, que apesar de não nos conhecermos pessoalmente tiveram contribuição significativa no processo de formação, assim como, os professores Faustino (inclusive foi professor também do meu pai), João Damasceno (grande mestre e amigo), Rafael Xavier (melhor aula de campo!), Hermes e as professoras Valéria (pelo apoio e incentivo), Aretuza, Suellen, Lédiam e Graça (pelo essencial ‘puxão de orelha’). Ao professor Demóstenes, professora Lívia e Kainara da UFCG que muito me ensinaram no Projeto de Extensão. Aquele abraço Adon!

Eterna gratidão ao pessoal da comunidade do Jardim Europa que literalmente abriram as portas de suas casas e d’alma. Em especial dona Albanita, mulher sábia e de luta coletiva. Lembranças para dona Mire, dona Aline, dona Socorro, seu Jorge e seu Francisco que têm vidas inspiradoras.

Agradeço pela experiência no Programa Residência Pedagógica, coordenado pelas professoras Josandra e Joana d’Arc. Um divisor de águas na graduação que amadureceu tantas ideias e práticas que levarei para toda uma vida. Aos amigos e colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Urbano (GEUR/UEPB) Vitoria, Felipe, Isaias, Elivânia e Amaro, aos Geointegrados (professoras Nathália e Marta) e aos Mosqueteiros J. Lucas, Wagner, Natan e Ramon. Foram momentos (presencialmente e/ou *online*) de muita informação trocada e de

extrema importância para construção de um pensamento reflexivo, crítico e científico. Nessas horas percebe-se que não se aprende nada sozinho.

Muito obrigado aos amigos e colegas da turma 2016.1 da Geografia: Henrique, Amora, Elaine, Jardênio, Daniel, Glayse, Kaline, Lucas, Ianny, Francisca, Suely e Hugo. Somos poucos porém, nossa função é gigantesca.

Agradeço às pessoas que formaram a gestão do Centro Acadêmico entre 2017-2019, cresci muito nesse espaço de tempo.

Aos amigos da rua: Josué, Rafinha, Nicolas, Gabriel N., os gêmeos (Rodrigo e Rodolfo), Caio, Breno, Allan e Kelvin.

Aos amigos que reencontrei na UEPB: Bianca, Felipe, Ludwig e Siego. E aos amigos que conheci na UEPB: Willis, Renan, Germano, Yuri, Guedes, Leandro, Lais, Jadson, Felipe Powell, Luan Luau, Jefferson, Osmarildo Jr., Stênio, Diego Barreto, Suyvia, Juliana, Thaisa, Amora, Nayahara, Boja, Jhonny, Chacón, Glauber (*in memoriam*) e aos demais que não lembrei. Saudações à Nívea, Nicolas, Bárbara e Rafaela pela ajuda nos estudos de campo.

Abraço especial aos grandes geógrafos Davidson e Amaro pelos estudos e dicas para além da Universidade.

Por último, mas não menos importante saudação à dona Mariquinha pelos passeios, conversas e ensinamentos.

“E a cidade se apresenta centro das ambições,
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô,
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.
A cidade não para, a cidade só cresce,
O de cima sobe e o de baixo desce.
A cidade não para, a cidade só cresce,
O de cima sobe e o de baixo desce.”

Chico Science & Nação Zumbi – Da lama ao caos - A cidade, 1994.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as contradições e desigualdades, a segregação e fragmentação do espaço urbano de Campina Grande – PB, a partir de um estudo de caso na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Jardim Europa. As ZEIS são um instrumento urbanístico oriundo da luta pela reforma urbana que têm como característica principal a regularização fundiária e a necessidade de obras de urbanização. O trabalho apresenta, em primeiro plano, uma análise conceitual teórico-metodológica acerca do espaço e da produção do espaço urbano pautado no materialismo histórico dialético seguido de um estudo de campo sobre o espaço em questão. O arcabouço teórico é de cunho interdisciplinar o qual norteia a análise do objeto central de estudo de caso, materializado na ZEIS Jardim Europa. Para realização da pesquisa foram realizadas visitas ao local, assim como aplicação de questionário e entrevistas. Além disso, foram feitos registros fotográficos do lugar e utilização de imagens de satélite e mapas temáticos. Dentre as abordagens do estudo, destacamos a relação cidade e campo, resultado tanto do processo histórico de formação do lugar quanto da divisão do trabalho, assim como o debate sobre as políticas públicas em relação à moradia e habitação na cidade. Buscou-se discutir as desigualdades socioespaciais e a segregação do espaço urbano da ZEIS Jardim Europa, enquanto comunidade periférica, surgida nos anos 1990, e que ainda apresenta sérias deficiências, tais como falta de saneamento básico, falta de calçamento, dentre outros problemas estruturais.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano. ZEIS. Desigualdades socioespaciais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the contradictions and inequality, the segregation and the fragmentation of the urban space of Campina Grande - PB, from a case study at the Special Zone of Social Interest (SZSI) Jardim Europa. The SZSI are urban instruments that come from the struggle of urban reform that has as a main feature the funds regulation and the necessary urbanization constructions. The paper presents, firstly, a conceptual analysis theoretical and methodological about the space and the production of space based on the historical materialism followed by a field study about the space mentioned. The theoretical framework is cross-disciplinary that guides the central object analysis of the case, materialized at the SZSI Jardim Europa. To make the research visits to the place have been made, as well as questionnaires and interviews. Furthermore, pictures were taken from the place and satellite images from the place were also used. Among the approaches used, we highlight the relation between the city and the countryside, result of the historical process involving the formation of the place, as well as the debate about public policies related to dwelling in the cities. It was sought to discuss the social and spatial inequalities and the segregation of the public space of the SZSI Jardim Europa, as a peripheral community that began in the nineties and still face serious deficiencies such as basic sanitation, the lack of sidewalks among other problems.

Key-words: Urban Space Productions. SISZ. Social and Spacial Inequalities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
3	CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1	Breves considerações sobre a Geografia e o Espaço	16
3.2	O espaço e a produção do espaço urbano	17
4	CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE Campin Grande: de vila à cidade	26
4.1	Origem e formação da cidade	26
4.2	Processo de urbanização de Campina Grande – PB	29
5	CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO: ZEIS JARDIM EUROPA	37
5.1	As ZEIS em Campina Grande – PB	37
5.1	A ZEIS Jardim Europa	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A: Roteiro da entrevista virtual	58
	APÊNDICE B: Questionário aplicado na comunidade do Jardim Europa	59
	APÊNDICE C: Link para os documentários ZEIS	60
	APÊNDICE D: Link para Cartilha ZEIS	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de produção desigual do espaço urbano de Campina Grande, localizada no agreste da Paraíba, Brasil. O estudo está centralizado na comunidade do Jardim Europa, instituída como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS são áreas da cidade destinadas exclusivamente para habitação e moradia, além disso, é um instrumento político cuja finalidade é garantir aos moradores de assentamentos precários o direito à cidade e à regularização fundiária. Porém, no caso do Jardim Europa, o lugar apresenta condições precárias para reprodução da vida, como a ausência de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos, tais como, postos de saúde e saneamento básico e mobilidade urbana. Portanto, o trabalho busca investigar a efetivação da política pública urbana em Campina Grande e compreender as desigualdades socioespaciais como produto do processo histórico da urbanização.

A partir da relação dialética entre a teoria e prática socioespacial, o trabalho problematiza as seguintes questões: É possível compreender as dinâmicas urbanas locais a partir da teoria da produção do espaço? De que forma as formulações sobre a produção do espaço urbano se materializam na cidade de Campina Grande – PB? Por que existem contradições e desigualdades socioespaciais em uma determinada área da cidade e em outras não? Ou ainda, essas desigualdades são mantidas porque e por quem? É possível reverter esta situação? Se sim, como? Estas são algumas reflexões e questionamentos que norteiam o estudo a seguir pautado, sobretudo no materialismo histórico e uma crítica ao sistema capitalista de produção, motor da divisão de classes e da segregação socioespacial.

Este trabalho se justifica e se torna relevante a partir da mediação enquanto resultado de estudos, discussões e debates realizados no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Urbano (GEUR-UEPB) e enquanto participação do Projeto de Extensão "Formas e expressões da participação popular nas ZEIS em Campina Grande (PB): morar e se apropriar da cidade" (2020 - 2021)¹. Vale ressaltar a experiência no projeto "Por uma Campina Grande democrática, justa, inclusiva e sustentável"². A conexão entre estes projetos encontra-se na

¹ Ação Extensionista vinculada ao GEUR, sob Coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Jackeline Feitosa Carvalho (DCS/UEPB) tem por objetivo contribuir para qualificar a participação das lideranças comunitárias populares na incidência e proposição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Campina Grande (PB) de maneira a promover a participação direta de 19 Comunidades nas etapas de planejamento e implantação das ZEIS. Desde 2018 essa ação extensionista tem trabalhado junto às Organizações de Bairros, através da UCES (União Comunitária de Equipes Sociais) e das SAB's (Sociedades Amigas de Bairros).

² Organizado pela Habitat para a Humanidade Brasil, uma organização da sociedade civil que, desde 1992, atua para combater as desigualdades e garantir que pessoas em condições de pobreza tenham um lugar digno para

articulação entre o conhecimento teórico-conceitual acerca da cidade e do espaço urbano com a materialidade e troca de saberes com os membros das classes populares e representantes dos movimentos sociais urbanos. Assim, reafirmando a função social da Universidade e da ciência na luta por uma sociedade mais justa.

Vale salientar que os sujeitos das camadas populares são agentes diretos da produção do espaço urbano, assim como o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. (CORRÊA, 1993). Além disso, cada um desses agentes possui interesse distinto em relação ao uso do solo urbano. Assim, o espaço urbano além de fragmentado, também é um campo de lutas. (*id.* 1993).

Sabe-se que o espaço urbano é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento científico, sobretudo, as ciências Humanas e Sociais, como a Arquitetura, a História, a Sociologia e a Geografia. Segundo o filósofo H. Lefebvre “o urbano é um conceito teórico [...] é uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos que constituem a vida social, [...]” (LEFEBVRE 2008 [1972], p.68) e “o urbano é abstrato unicamente sob o título de *abstração científica*.” (*id.* 2002, p.28, grifo do autor). Portanto, pode-se considerar que o urbano vai para além de um conceito abstrato e se materializa no espaço como um modo de vida. Para Corrêa, o espaço urbano é reflexo e condicionante social. (CORRÊA 1993, p.9) e A. Fani considera o espaço sendo meio, condição e produto da reprodução da sociedade. (CARLOS 2019, p.23).

Assim, além de compreender o espaço urbano por meio de seus agentes, relacionam-se os processos espaciais com formação socioespacial desigual da cidade. Dessa forma, a origem de Campina Grande está vinculada com a centralização de atividades econômicas e trocas comerciais, como as feiras de gado e de farinha (COSTA 2003), comumente, seu crescimento e urbanização com o processo de descentralização espacial, por conseguinte, originando áreas periféricas e segregadas. Dentre estas áreas segregadas encontra-se nosso objeto de estudo.

Deste modo, o trabalho está organizado em três capítulos:

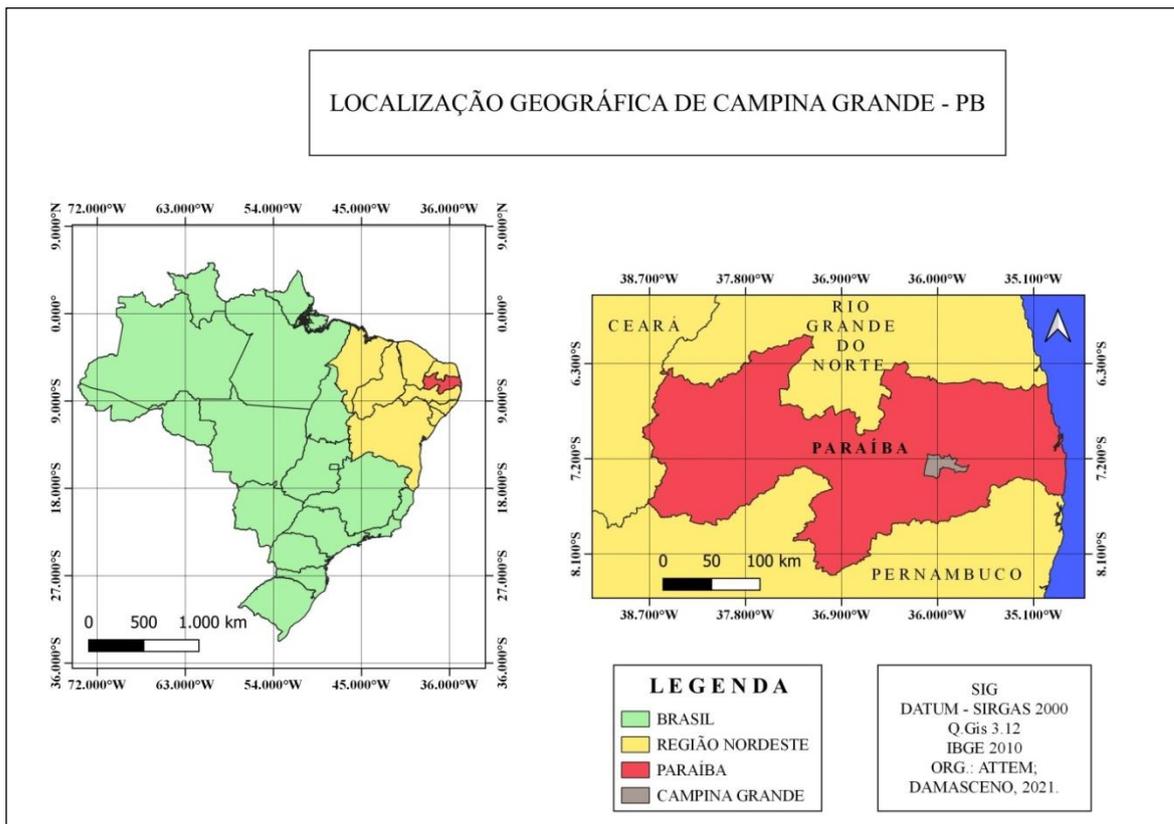
1. Fundamentação teórica;
2. A produção do espaço urbano de Campina Grande - PB: da vila à cidade;
3. Estudo de caso: a ZEIS Jardim Europa.

Na primeira parte encontram-se reflexões acerca do espaço, sobretudo, o espaço urbano. A tríade espaço-tempo-sociedade, em associação com a natureza, constitui a análise

viver. As principais pautas do projeto foram: a Democratização do processo de Revisão do Plano Diretor e o fortalecimento de capacidades de atores populares pelo direito à cidade, para a participação em canais institucionais e para a consolidação das Zonas Especiais de Interesse Social, a partir de processos de formação e assessoria.

geográfica em sua totalidade. O espaço é estudado por diversas ciências, por isso, sua conceituação e definição é uma tarefa árdua, porém, necessária. Portanto, o percurso teórico-metodológico para a produção deste escrito parte da perspectiva de cunho bibliográfico interdisciplinar e do ponto de vista materialista histórico-dialético. Além disso, distinguem-se as ideias de cidade e urbano são complementares, porém, distintas. A teoria se materializa na cidade de Campina Grande. (Mapa 1).

Mapa 1 - Localização Geográfica de Campina Grande – PB.



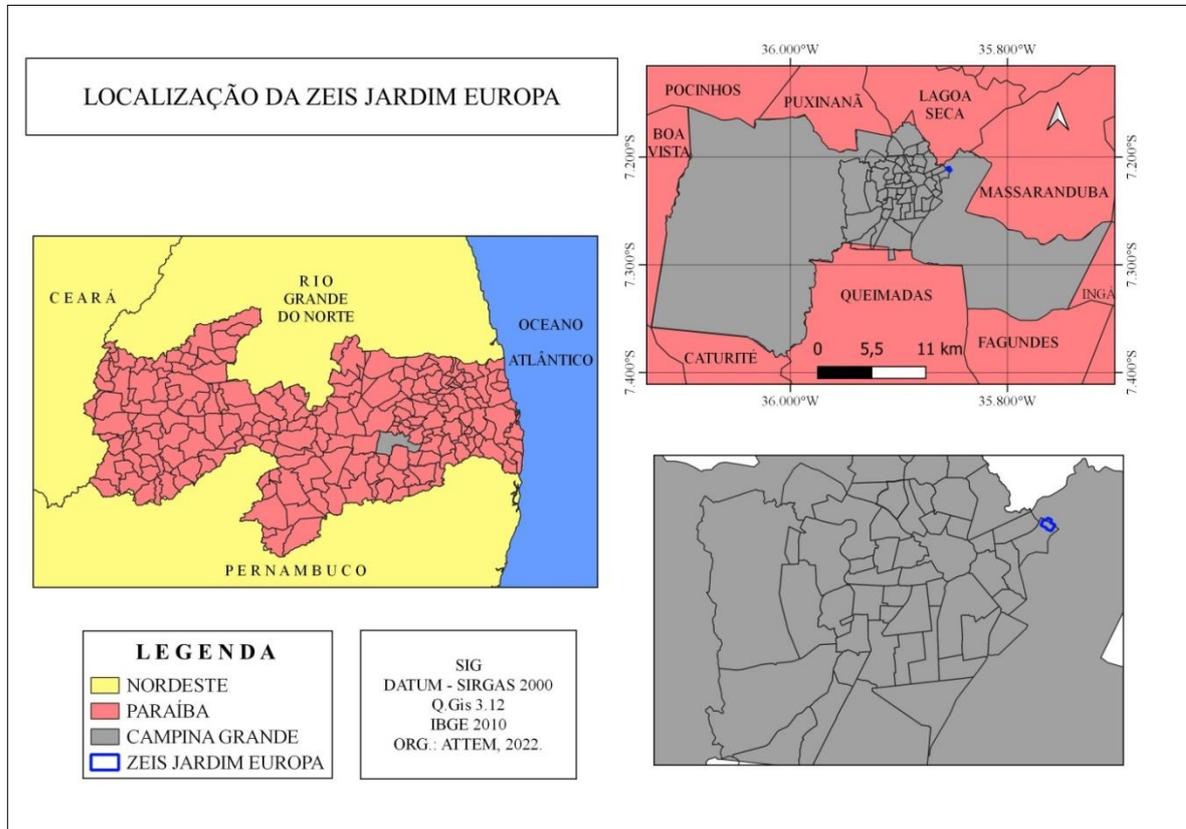
Fonte: IBGE 2010, org. ATTEM 2021.

Na segunda parte do trabalho serão estudados o surgimento e o processo de urbanização de Campina Grande enquanto cidade. No período mercantilista, na região, observa-se a transformação de uma *Primeira Natureza* para *Segunda*. (MARX, 1985). Com a urbanização e crescimento da cidade presenciaram-se as desigualdades do espaço urbano.

A presença de áreas segregadas no espaço urbano de Campina Grande é perceptível nas zonas periféricas. Dentre estas periferias da cidade está a ZEIS Jardim Europa. (Mapa 2). No último capítulo será abordado o processo de institucionalização das ZEIS como política pública urbana, e, especificamente a situação da comunidade do Jardim Europa. No estudo de caso, podem-se observar diversas desigualdades socioespaciais, por meio da fragmentação e segregação urbana, comumente, a diferenciação espacial entre o campo e a cidade com base

na divisão social e técnica do trabalho. Além de compreender o processo de ocupação da área, voltam-se os olhos para a gestão e planejamento urbano, visto que, a falta de urbanização é uma realidade concreta.

Mapa 2 - Localização da ZEIS Jardim Europa



Fonte: BARROS FILHO et. al. (2019), adaptado pelo autor.

O trabalho além de descrever e explicar as dinâmicas espaciais de Campina Grande, especificamente, na ZEIS Jardim Europa, busca-se caminhos para melhorias e soluções para o bairro e para a cidade. Além disso, existem outras áreas que podem ser consideradas ZEIS? Com a articulação e o diálogo entre os agentes produtores do espaço, sobretudo o Estado e os movimentos sociais, pode-se vislumbrar sinais de esperança e transformação. Vale salientar que os problemas urbanos de Campina Grande não se esgotam aqui e outras áreas da cidade também necessitam de novos olhares.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa exploratória teve como norte metodológico o materialismo histórico, na busca de articular a teoria com a prática, para a compreensão do fenômeno. Do ponto de vista teórico, tornou-se necessário um arcabouço interdisciplinar acerca da cidade e da produção do espaço urbano. Em relação ao trabalho de campo, utilizou-se a aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados, os quais foram indispensáveis na construção da pesquisa.

Deste modo, pôde-se estruturar os procedimentos metodológicos em duas etapas distintas: uma teórica, conceitual e outra prática, através do estudo de campo. Porém, vale ressaltar que esta divisão em etapas não significa algo desarticulado. Tal repartição metodológica serviu para fins didáticos e analíticos.

Em relação à pesquisa bibliográfica, centralizaram-se os estudos na definição conceitual sobre o espaço e o espaço urbano, comumente, nos pares dialéticos campo e cidade, urbano e rural. Outro ponto importante da revisão bibliográfica está em entender o processo histórico de formação da cidade de Campina Grande.

O estudo também buscou problematizar as políticas públicas urbanas, principalmente sobre moradia e habitação, sobretudo nas ZEIS. Deste modo, estudos legislativos acerca do Plano Diretor, Estatuto das Cidades e a Constituição Federal de 1988, fizeram parte da natureza teórica do trabalho.

Na perspectiva prática, a pesquisa teve como objeto central de estudo a comunidade do Jardim Europa, considerada uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Assim, o estudo de caso como método de pesquisa social foi escolhido visto que, “deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso” (VENTURA 2007, p. 383). Portanto, pode-se afirmar o estudo de caso na ZEIS Jardim Europa representa uma parte da segregação presente na cidade.

Vale salientar o período de produção da pesquisa que aconteceu entre 2020 e 2022. O biênio foi caracterizado, sobretudo, pela disseminação do Covid-19, considerada uma pandemia em 11 de março de 2020, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). O isolamento social foi a medida para evitar a proliferação do vírus altamente contagioso e perigoso. Portanto, este foi um dos grandes desafios na construção deste trabalho.

A primeira visita ao local estudado aconteceu em outubro de 2020, junto com a prof. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho e as moradoras Albanita Almeida Tomaz e dona Socorro como parte das atividades do Projeto de Extensão e seguindo as recomendações da

OMS, como o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social. Este primeiro contato serviu como ponto de partida para a realização desta pesquisa. (Figura 1 e 2).

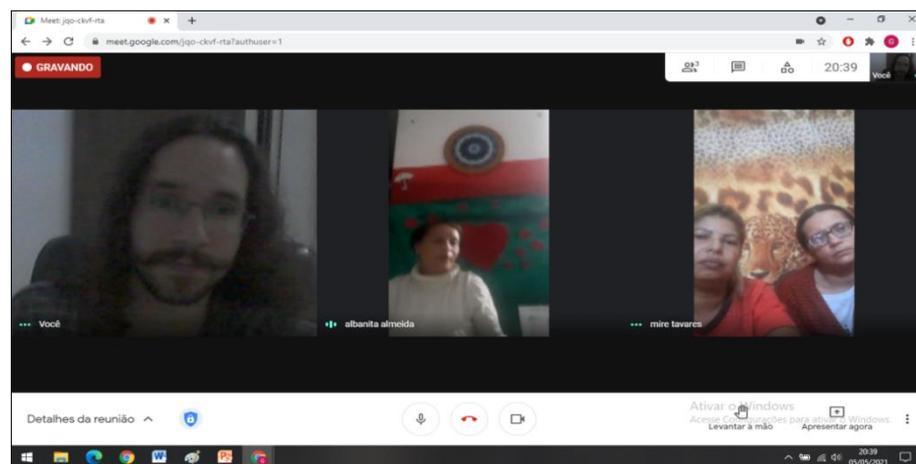
Figura 1 e 2 - Primeira visita ao Jardim Europa.



Fonte: acervo do autor, 2020.

A coleta de dados primários aconteceu a partir de entrevistas semiestruturadas com moradores(as) locais e aplicação de questionários com o intuito de conhecer a história tanto do local quanto de seus habitantes, os problemas enfrentados cotidianamente e sobre o conhecimento em relação as ZEIS. Devido ao isolamento social em razão da Pandemia do Covid-19, a entrevista aconteceu virtualmente com lideranças da comunidade, através da plataforma do *Google Meet*. (Figura 3).

Figura 3 - Entrevista virtual com lideranças locais.



Fonte: Acervo do autor 2021.

A aplicação dos questionários ocorreu em 2022 com a finalidade de compreender as dinâmicas locais de caráter qualitativo. (Figura 4 e 5). Dentre as perguntas, destaca-se “quais os principais problemas enfrentados pela comunidade?” e sobre a profissão e escolaridade dos moradores do Jardim Europa.

Figura 4 e 5 - Estudo de campo na comunidade do Jardim Europa.



Fonte: acervo do autor, 2022.

Com a pandemia mais controlada devido ao avanço da vacinação, visitas pontuais foram feitas à comunidade do Jardim Europa, tanto para registros fotográficos, quanto para aplicação do questionário. Ao todo, foram 31 entrevistados, sendo estes 16 homens e 15 mulheres com média de idade de 40 anos.

3 CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este primeiro capítulo abordará a fundamentação teórica do trabalho e em primeiro lugar serão feitas breves considerações sobre a geografia, em seguida acerca do espaço a produção do espaço urbano comumente a diferenciação conceitual entre campo e cidade, urbano e rural.

3.1 Breves considerações sobre a Geografia e o Espaço

O espaço é um amplo conceito de análise de diversas ciências, seja social ou da natureza. Para a Geografia, é o objeto central de estudos. Porém, não nos cabe aqui estabelecer a relação metodológica entre espaço e geografia, como bem fez Corrêa (2000), nem tampouco buscar na epistemologia uma definição conceitual fechada sobre a ciência, visto que, “não é fácil definir nem estabelecer, com precisão o que é a Geografia; [...], pois não existem ciências estanques, [...]” (ANDRADE 2008, p. 17). Portanto, questionamentos como “o que é a geografia” alimentam um debate tautológico:

Discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre seu objeto. Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. (SANTOS 2017 [1996], p.18, 19).

Deste modo, há uma ruptura no pensamento geográfico a partir do momento em que o espaço torna-se o objeto de estudo da ciência geográfica. Pode-se entender o espaço como um conceito, visto que, “todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa.” (LENCIONI, 2008). Assim, o conceito de espaço torna-se uma instrumentalização para o estudo da realidade e “se nossos conceitos são inadequados e/ou inconsistentes, não podemos identificar problemas e formular soluções políticas apropriadas.” (HARVEY 1980, p. 13). Portanto, o espaço como conceito da geografia é tanto um instrumento de pesquisa quanto o lugar da reprodução das relações sociais.

O que está posto para as ciências humanas e para a Geografia em particular é o fato de que os conceitos devem ser delineados e justapostos de modo a construir um caminho para a investigação da realidade, revelando sua complexidade diante da diversidade do mundo em constante transformação. (CARLOS, 2019, p. 9)

Neste caso, a análise centraliza-se na abstração teórica sobre o espaço, sobretudo, a partir da relação entre espaço-sociedade no movimento de reprodução do sistema capitalista

em uma visão dialética e crítica entre teoria e prática. “Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. [...]; por isso a sociedade não pode operar fora dele.” (SANTOS 1985, p. 49).

Desta forma, os conceitos vão para além da teoria e encontram-se na realidade prática. De conceito abstrato à materialidade do cotidiano “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou social, [...]” (SANTOS 2004 [1978], p. 151). Assim, o espaço está intrinsecamente interligado com a sociedade e com o tempo, deste modo, “as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais com significados diferenciados em função do tempo histórico.” (CARLOS 2018[2011], p. 18).

3.2 O espaço e a produção do espaço urbano

Se buscado na raiz do conhecimento podem-se encontrar ideias sobre o conceito de espaço na filosofia de Platão, ou na física de Isaac Newton, por exemplo, mostrando a interdisciplinaridade da categoria de análise. Kant diz que “só o espaço pode fazer com que as coisas sejam objetos exteriores para nós.” (KANT 2004 [1781], p. 72). Portanto, relaciona-se o espaço com os objetos. Milton Santos afirma que o espaço é um “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações e resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais.” (SANTOS 2017 [1996], p. 21; 1988, p.71).

Para Harvey o espaço pode ser relacional, relativo ou absoluto. “O espaço absoluto é fixo e socialmente é o espaço da propriedade”. (HARVEY 2015, p. 10). O espaço aparece como relativo ao tempo e depende daquilo está sendo relativizado e por quem. (id. p. 11). Ou relativo em “uma relação *entre* objetos, a qual existe somente porque os objetos existem.” (HARVEY 1980, p. 4, 5. Grifo do autor). O espaço relacional é aquele que “é a ideia de relações internas; [...]” (HARVEY 2015, p. 23), portanto subjetivo, empírico e até mesmo metafísico, ou seja, “um terreno extremamente desafiador e difícil para se trabalhar.” (id. p. 13).

Lefebvre propõe uma percepção da teoria da produção do espaço urbano baseada na *prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação*. (LEFEBVRE 2000). A prática espacial designa a dimensão material da realidade cotidiana (*vivido*); a representação do espaço é a forma como o espaço é apresentado (*concebido*) e o espaço de representação é simbólico, abstrato, sentido (*percebido*). Assim, têm-se: (Quadro 1).

Quadro 1 - Definições sobre o espaço na perspectiva marxista.

	Espaço material (da experiência)	Representações do espaço (espaço concebido)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Mercadorias, produtos, processo de trabalho concreto, notas e moedas (dinheiro local), propriedade privada/fronteiras do Estado, capital fixo, usinas, fábricas ambientes construídos, espaços de consumo, espaços ocupados.	Valores de uso e trabalho concreto. Exploração no processo de trabalho (Marx) vs. Trabalho como jogo criativo. Mapas de propriedade privado e exclusões de classe. Mosaico de desenvolvimentos geográficos desiguais.	Alienação vs. satisfação criativa; individualismo isolado vs. solidariedades sociais; lealdade ao lugar, à classe, à identidade, etc. Injustiça; raiva vs. satisfação.
Espaço relativo	Troca material, comércio, circulação e fluxos de mercadorias, pessoas e informação, energia, força de trabalho, dinheiro, percurso periferia-centro, migrações, depreciação e degradação e agitação de fora.	Valores de troca (valor em movimento) Esquemas de acumulação. Cadeias de mercadorias, modelos de migrações, aniquilação do espaço pelo tempo, circulação do capital através do ambiente construído, formação do mercado mundial, redes, relações geopolíticas e estratégias.	Fetiche da mercadoria e do dinheiro, instabilidade, insegurança, intensidade da ação e do movimento vs. repouso. “Tudo que é sólido desmancha no ar.”
Espaço relacional	Processo de trabalho abstrato, capital fictício, movimentos de resistência, manifestações.	Valores – dinheiro. As leis do valor em movimento e o poder social do dinheiro (globalização), esperanças e medos s, estratégias de mudança.	Valores. Hegemonia capitalista; consciência proletária; solidariedade internacional; direitos universais; sonhos utópicos; empatia; “um outro possível.”

Fonte: (HARVEY 2015, p. 146). Adaptado pelo autor, 2021.

Assim, a análise conceitual acerca do espaço admite um norte metodológico ao qual está direcionada a relação dialética entre o espaço e a sociedade, assim, “trata-se do espaço vivido, vinculado à prática social.” (LEFEBVRE 2008 [1972], p. 40). Neste sentido, a sociedade se materializa no espaço, ou seja, as relações sociais, afetivas ou de classe, são todas espaciais. Dessa forma, o espaço aparece recheado de conteúdos sociais históricos e realiza-se por meio de um processo contínuo de produção e reprodução.

Vale salientar que o acréscimo do termo “produção” vai além da noção do espaço como produto da sociedade e mercadoria para o sistema capitalista. Atinge uma perspectiva mais ampla e complexa: da própria reprodução da vida humana. “O espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, [...]” (CARLOS 2018 [2011], p. 64). A produção do espaço aparece como indissociável da reprodução humana, pois, o espaço não é um produto acabado e está em constante processo de transformação. “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. [...]. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida.” (SANTOS 2004 [1978], p. 202).

Pode-se estabelecer uma ponte entre a produção, a técnica e o trabalho, visto que, “o trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.” (ARENDT 1993, p. 15). E, “as transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis.” (SANTOS 2017 [1996], p. 235).

Assim, “toda sociedade produz ‘seu’ espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz ‘um’ espaço e o modo de produção organiza, produz - ao mesmo tempo em que certas relações sociais - o seu espaço (e o seu tempo).” (LEFEBVRE 2008 [1972], p. 55; 2000, p. 8). Pode-se afirmar que o modo de produção capitalista interfere na reprodução das relações sociais de classe e para entender o processo de produção do espaço urbano torna-se necessário temporalizar o espaço. Para M. Santos, o espaço é uma *testemunha* do tempo: “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.” (SANTOS 2004 [1978], p. 153)

Lefebvre periodiza o tempo histórico em três grandes eras: agrária, industrial e urbana. (LEFEBVRE 2004 [1972], p. 81). Para ele, “existiram cidades na era agrária e na era industrial. Mas a era urbana está só começando.” (id.) Na era agrária a distinção entre o campo e a cidade era bem definida e fundamentada na divisão social e técnica do trabalho, sendo a cidade responsável pelo trabalho político e o campo ao trabalho material. (LEFEBVRE, 2001). Na era industrial “o solo tornou-se mercadoria; o espaço se vende e se

compra.” (LEFEBVRE 2004 [1972], p. 83). Já sobre o urbano, Lefebvre diz que “o urbano, ou seja, a sociedade urbana, não existe ainda e, contudo, existe virtualmente; [...]. O urbano é um conceito teórico [...] é uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos que constituem a vida social, [...]” (id. p. 85).

Deste modo, “o *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora.” (LEFEBVRE 2002, p. 28, grifo do autor).

M. Santos também faz uma tríade e relaciona a evolução técnica da sociedade com o espaço ao dizer que o meio geográfico está dividido em três: o meio natural; o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. (SANTOS 1996, p. 234). No meio natural “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais para o exercício da vida, [...]” (id. p. 235). Já “o período técnico vê a emergência de um espaço mecanizado.” (id. 236). E, “o meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização.” (id. 239).

Em justaposição: (Quadro 2)

Quadro 2 - Relação entre os “meios” de M. Santos e as “eras” de H. Lefebvre.

SANTOS	LEFEBVRE
Meio natural	Era Agrária
Meio técnico	Era Industrial
Meio técnico-científico-informacional	Era Urbana

Fonte: LEFEBVRE (1976); SANTOS (1996). Org.: ATTEM 2021.

Além disso, a definição conceitual do que é urbano e/ou cidade, campo e/ou rural é imprescindível para entender a realidade socioespacial. Por isso, “‘urbano e ‘rural’ longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta.” (CARLOS, 2004, p.31).

Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão (...). Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, (...) uma dimensão processual, são conteúdo e contingente (WHITACKER 2010, p. 191)

Dessa forma, encontra-se um ponto-chave no processo de entendimento sobre os pares dialéticos cidade e campo, urbano e rural, sendo os primeiros (campo e cidade) caracterizados

pela *forma* e os últimos (urbano e rural) pelo *processo*. Segundo Milton Santos, “*forma* é o aspecto visível da coisa.” Já o *processo* “pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.” (SANTOS, 1985, p.50). Pode-se dizer que as ideias de cidade e campo são as formas espaciais do conteúdo urbano e rural, respectivamente.

Do ponto de vista teórico metodológico, a relação entre os espaços urbanos e rurais, ou entre o campo e cidade podem ser analisadas tanto de uma perspectiva complementar ou dicotômica. A perspectiva de *continuum* é vista de forma dialética, onde, apesar das diferenças, o campo e a cidade se articulam. Já, sob a ótica antagônica, observa-se que as semelhanças se excluem. Desse modo, MARX&ENGELS (1998, p, 55) *apud* RUA (2005) afirmam que “a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento, e a dispersão.”

Do ponto de vista dicotômico, os estudos abordam a “realidade rural e urbana levando em consideração duas organizações totalmente distintas, de maneira que a existência de uma exclua a outra.” (ROSA&FERREIRA, 2010, p. 188). Tal corrente metodológica é entendida com um forte viés ideológico, polarizador e hierárquico, onde prioriza a cidade e despreza o campo. Além disso, a dicotomia é uma característica marcada pelo método descritivo, por conseguinte, faz parte, sobretudo, dos estudos da Geografia Tradicional. O quadro a seguir ilustra esse processo oposto de distinção de cidade e campo, urbano e rural, com base na etimologia. (Quadro 3).

QUADRO 3 - Origem e significados dos termos cidade - urbano e campo - rural.

CIDADE – URBANO	CAMPO – RURAL
<p>Civitas <i>f.</i></p> <p>1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2. Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs.</p>	<p>Campus <i>m.</i></p> <p>1. Planície; terreno plano; campina cultivada. 2. Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produto da terra.</p>
<p>Civis <i>m. e f.</i></p> <p>1. Cidadão livre; cidadã livre; membro livre da cidade, a que pertence ou por adoção. 2. Concidadão; concidadã. 3. Habitante. 4. Soldado romano. 5. Companheiro.</p>	<p>Campensis <i>adj.</i></p> <p>1. Relativo aos campos; campestre. 2. Epíteto de Isis que tinha um Campo de Marte.</p>

<p>Urbs. f.</p> <p>1. Cidade (em oposição à <i>rus</i> ou a <i>arx</i>). 2. A cidade por excelência. 3. Cidade, população duma cidade, os cidadãos; Estado. 4. Moradia; asilo.</p>	<p>Rus. n.</p> <p>1. Campo (em oposição à <i>domus</i> “casa” e <i>urbs</i> “cidade”). 2. Terras de lavoura. 3. Casa de campo. 4. Território, região. 5. <i>Fig.</i> Rusticidade, rudeza. 6. <i>Pl</i> Propriedade rural; o campo (em geral).</p>
<p>Urbanus adj.</p> <p>1. Da cidade (em oposição a <i>rusticus</i>); da cidade de Roma; urbano. 2. Civil (em oposição à <i>castrensis</i>); pacífico. 3. Polido; fino; delicado; urbano. 4. Espirituoso; engraçado; engenhoso. 5. Divertido; folgazão; gracejador. 6. Elegante; esmerado; (fal. Do estilo). 7. Impudente; desavergonhado; indiscreto.</p>	<p>Rusticus adj.</p> <p>1. Dos campos; do campo; rústico; campestre; rural. 2. <i>Fig.</i> Rústico; agreste; rude; inculto; grosseiro; tosco; desajeitado; sem elegância. 3. Simples; ingênuo; pouco atilado; estúpido. 4. Inacessível ao amor; esquivo; bisonho. 5. Camponês; lavrador; campônio.</p>

Fonte: Torrinha, Francisco. **Dicionário Latino – português.** *Apud.* BAGLI, P. (2006) p.44. Adaptado pelo autor.

A relação indissociável entre o campo e cidade, assim como, do urbano e rural encontra-se presente no sentido de que “[...] o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades, [...]” (ABRAMOVAY 2000, p.2) *Apud.* (BERNARDELLI, 2010, p.34). Nesse sentido, percebe-se a complementariedade mútua dentre estes espaços, ou uma perspectiva de continuidade dialética.

Assim, Lefebvre põe a divisão do trabalho (biológica e técnica, material e intelectual) como fator essencial para a oposição entre o campo e a cidade (LEFEBVRE 2001, p.38, 39). A principal característica econômica do campo, ou dos espaços rurais, está vinculada às atividades primárias (trabalho material). Já a cidade exerce função secundária de reprodução e produção de capital (trabalho intelectual). Ou seja, a partir de atividades econômicas diferenciadas, atreladas com o domínio desigual da técnica e de práticas socioespaciais diversas, a oposição entre o campo e a cidade se acentua apesar das complementariedades.

M. Santos afirma que a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial (SANTOS 2017 [1996], p.129). Portanto, a divisão do trabalho é um fator para diferenciação e “a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar.” (CARLOS 2007, p. 48). Dessa forma, articula-se o espaço como produto mercadoria com as contradições e contrastes sociais. Neste sentido, “as desigualdades viram diferenças”. (SPOSITO 2011, p. 129).

A tríade *espaço-tempo-sociedade* é indissociável e “essa nova dimensão espaço-temporal sinalizaria os conteúdos que marcariam os fundamentos da sociedade contemporânea, que se revela essencialmente urbana não apenas numericamente, mas em sua essência e modo de vida.” (CARLOS 2018, p. 14). Como a *problemática urbana* impõe-se à escala mundial e a globalização é o ápice da internacionalização do capitalismo, relaciona-se a era urbana com o meio técnico-científico-informacional na totalidade em totalização. (SANTOS 2020 [2000], 2017 [1996]; LEFEBVRE, 2002).

Segundo Santos, “a compreensão da organização espacial, bem como sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo.” (SANTOS 1985, p. 50). Assim, *forma*, *função*, *processo* e *estrutura* são categorias de análise do espaço geográfico, sendo a *forma* o aspecto visível de uma coisa; a *função* sugere uma tarefa; a *estrutura* é o modo de organização e o *processo* implica aos conceitos de tempo e mudança (id.) e “considerados em conjunto, constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.” (id. p. 52). E se analisados de maneira individual “se opera uma redução do conhecimento que o mutila ao torna-lo unilateral; o conhecimento só apreende uma parte da realidade.” (LEFEBVRE 1971, p.165 *apud* LENCIONI 2018, p.259).

Outro ponto importante para entender a teoria da produção do espaço urbano de Lefebvre é a partir da tríade *homogeneização*, *fragmentação* e *hierarquização*. (LENCIONI 2018, p. 262). O capital tende a homogeneizar o espaço a partir de estabelecimento de padrões repetitivos e hegemônicos impostos pela técnica e pelo próprio Estado. Um exemplo de homogeneização espacial em Campina Grande são as casas do Conjunto Habitacional do Aluizio Campos que têm forma uniforme e função social específica, a moradia. Porém, “um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.” (SANTOS 2020 [2000], p. 19). Assim, “as diferenças fragmentam o homogêneo.” (LENCIONI 2018, p. 264).

Ou seja, o espaço homogeneizado é comumente fragmentado entre as classes sociais e pela divisão do trabalho e renda ocasionando em uma hierarquização entre as diferentes zonas espaciais por meio da localização, valor de uso e poder. Portanto, esta tríade - *homogeneização*, *fragmentação* e *hierarquização* - representa a reprodução da produção capitalista do espaço em quaisquer escala de análise, seja na local – Campina Grande – ou no território.

Para Corrêa, “eis o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.” (CORRÊA 1993, p. 9). Segmentado em

bairros e zonas específicas que se articulam com outras a partir de deslocamentos e pela circulação de pessoas, informações e capital estabelecendo uma dialética entre fixos e fluxos e “por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano é desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista.” (id. p. 8).

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA 1993, p. 11)

Os agentes sociais da produção do espaço urbano são os *a) proprietários dos meios de produção; b) proprietários fundiários; c) promotores imobiliários; d) o Estado; e, os e) grupos sociais excluídos.* (CORRÊA 1993; HARVEY 1980). Cada agente social desempenha função específica no processo de produção do espaço urbano. Neste trabalho evidencia-se ação dos agentes: *c) promotores imobiliários, d) o Estado e e) os grupos sociais excluídos.*

Sobre a ação do Estado, “tende a privilegiar os interesses daquele segmento de classes dominante.” (CORRÊA 1993, p. 26). Assim, pode-se afirmar que o Estado é responsável direto pela manutenção da sociedade de classes e das desigualdades socioespaciais, deste modo, atuação do Estado se faz visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (id. p.26). Portanto, as políticas públicas do Estado, que deveriam atender todas as demandas da sociedade, privilegiam as classes dominantes.

Em relação “a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p. 23, 24). São os promotores imobiliários responsáveis diretos pela especulação e venda da propriedade fundiária urbana em conjunto com os proprietários fundiários, “que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no *valor de uso*.” (id. p.16).

A dialética entre os conceitos clássicos da economia política trabalhados por Marx (1985) e justaposto ao espaço urbano por Harvey (1980) atribui à mercadoria, no caso, o solo urbano e a propriedade privada um *valor de uso* e outro *valor de troca*. O valor de uso está relacionado ao consumo e o valor de troca ao preço, à quantificação. No sistema capitalista o valor de uso está subordinado ao valor de troca, ou seja, o lucro é o que interessa.

Vale salientar que a cidade como produto da sociedade urbana capitalista materializa as desigualdades socioespaciais, sobretudo no acesso à renda, trabalho e moradia. Assim, o solo urbano é um produto (valor de uso) que a maioria não pode pagar (valor de troca).

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (CORRÊA 1993, p. 30)

Na cidade de Campina Grande, o processo de produção do espaço urbano se reproduz por meio dos processos e agentes sociais, visto que, “são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p.36). E, “afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.” (CORRÊA 2011, p. 44).

Os processos espaciais e suas respectivas formas espaciais são: (Quadro 4)

Quadro 4 - Processos e Formas espaciais

PROCESSOS	FORMAS
Centralização	Área Central
Descentralização	Núcleos Secundários
Coesão	Áreas Especializadas
Segregação	Áreas Sociais
Inércia	Áreas Cristalizadas

Fonte: CORRÊA (1993, p. 36; id. 2014 p. 122). Adaptado pelo autor.

No próximo capítulo, busca-se descrever e explicar a formação socioespacial da cidade de Campina Grande, comumente, o processo de urbanização. Centralizam-se as operacionalizações nas políticas públicas e na segregação dos grupos sociais excluídos.

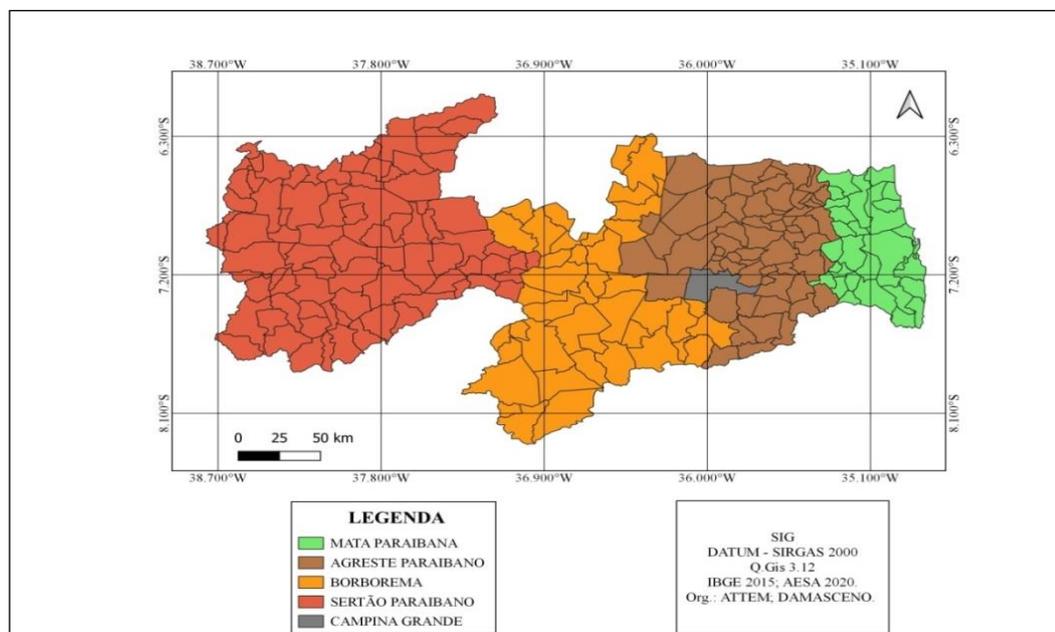
4 CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPINA GRANDE: DE VILA À CIDADE

4.1 Origem e formação da cidade

Para entender a produção do espaço urbano de Campina Grande faz-se necessário remeter à sua história. Assim, ressalta-se que “a origem de Campina Grande não se dá sem articulação com a história mundial e, por conseguinte, com a brasileira.” (MAIA *et al.* 2013, p. 37). A história de Campina Grande mescla-se com a própria história da Paraíba e consequentemente a configuração territorial do Brasil em conjunto com as transformações mundiais. Portanto, admite-se a noção de uma totalidade espacial aberta.

Campina Grande está localizada na mesorregião do Agreste Paraibano (Mapa 3). Para Andrade, “o agreste, apesar de próximo à área açucareira e de dispor de condições climáticas e pastagens favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, foi tardiamente ocupado.” (ANDRADE 1986). Segundo Aranha (1991, p. 48), a povoação de Campina Grande teve início no final do século XVII e foi erigida à condição de vila no final no século XVIII. Surge como aldeamento do povo Ariú, com a finalidade de pastorear os gados dos Oliveira Ledo. (COSTA 2003, p. 17). E, “deve-se a dois momentos: o estabelecimento de fazendas de gado na região, e a constituição de entroncamento utilizado pelos tropeiros.” (MAIA *et al.* 2013, p. 37, 38).

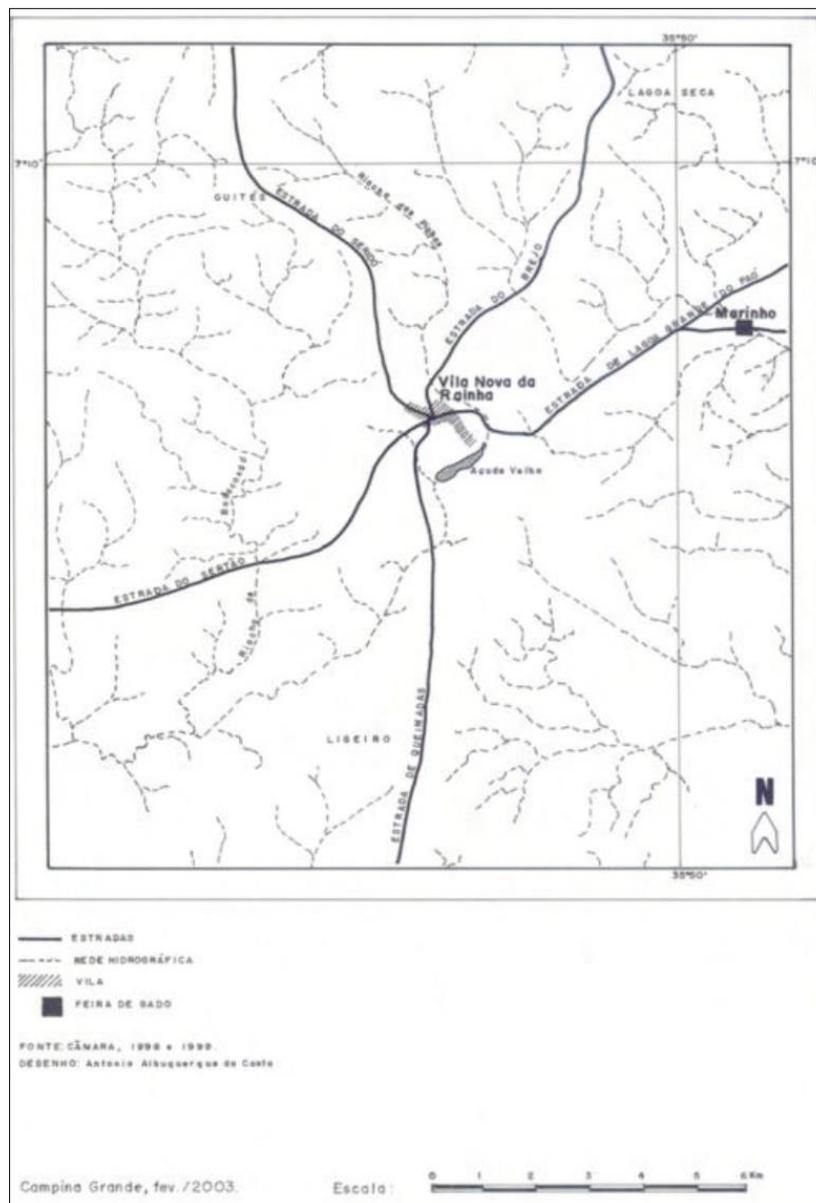
Mapa 3 - Campina Grande e as mesorregiões da Paraíba.



Fonte: IBGE 2015, org.: ATTEM, 2021.

Portanto, pode-se afirmar que a importância adquirida posteriormente por Campina Grande deve-se principalmente a sua posição geográfica entre as regiões de pastoreio (Sertão e Cariri) e as regiões agrícolas do Brejo e Zona da Mata. (SÁ 1986, p. 90) *Apud* (COSTA 2003, p. 19) e tinha o comércio como principal forma de circulação e acumulação de riquezas. “A gênese da cidade foi produto da ampliação das atividades e do domínio europeu na América, elemento que atribui sentido global às funções que o espaço local desempenhou em sua fundação.” (MAIA *et al.* 2013, p. 38). Destaca-se no mapa abaixo a Feira de Gado do Marinho, local próximo ao objeto de estudo desta monografia (Mapa 4). Salienta-se tal fato aos costumes e hábitos rurais que permanecem no local.

Mapa 4 – Estradas de Campina Grande



Fonte: (COSTA 2003, p. 111)

Um dos pontos principais que condicionam o processo de centralização e formação de Campina Grande é a sua localização geográfica, sendo chamada de “Boca de Sertão”- entre o litoral e o sertão, o que a torna em um lugar estratégico para os viajantes e desbravadores da época, visto que, as condições naturais, como a extensão do Riacho das Piabas, proporcionavam condições favoráveis para fixação. Neste período, o espaço passa adquirir certa funcionalidade: a de ponto de repouso e reabastecimento, pois, os chamados tropeiros faziam sua parada e seguiam viagem. Este ponto de parada é estabelecido, sobretudo, pelas condições naturais já mencionadas, estabelecendo-se como um ponto fixo importante no mapa.

Configura-se, dessa maneira, a materialização da teoria do espaço, sendo formado de fixos e fluxos. (SANTOS 1988, p. 77). No caso de Campina Grande, os fluxos comerciais iniciaram-se *a priori* por meio da feira de farinha e, *a posteriori*, com a feira de gado. (COSTA 2003, p. 19). E os fixos eram poucos e dispersos, tais como fazendas e o próprio entroncamento de caminhos. (ANDRADE & COSTA, 2019).

Além disso, a divisão territorial do trabalho é reconstituída, pois, “a criação de gado foi desde os primeiros tempos uma atividade subsidiária da cana-de-açúcar.” (ANDRADE 1986). E, “essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.” (SANTOS 2017 [1996], p. 135).

Portanto, podem-se assegurar três *virtualidades* para a configuração do processo de centralização em Campina Grande: a localização geográfica, as condições naturais e o entroncamento de caminhos e estradas. Para Santos, “as virtualidades são vantagens comparativas (materiais ou imateriais) presentes no lugar, que são realçadas através dos símbolos locais para atrair atividades promissoras.” (SANTOS 2017 [1997]) *apud* (COSTA, 2003, p. 17).

Os impactos gerados pelas mudanças engendradas no sistema mundial revolucionaram o papel que até então Campina Grande cumpria na ordenação territorial do espaço nordestino e principalmente paraibano: de entreposto comercial subordinado à dinâmica gerada pelas atividades litorâneas, transforma-se em um vigoroso núcleo de centralização e escoamento da produção primário-algodoeira realizada no semiárido nordestino. (MAIA *et al.* 2013, p. 40).

Classifica-se este momento histórico de Campina Grande como a primeira fase do processo de produção do espaço urbano: o surgimento, a ocupação ou a centralização que “é concomitante à ampliação das relações entre a cidade o mundo externo a ela, [...]” (CORRÊA 2014, p. 123). Ou ainda, podem-se equiparar as circunstâncias vividas neste período ao já mencionado *meio natural*, onde, “esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações.” (SANTOS 2017 [1996], p. 235).

4.2 Processo de urbanização de Campina Grande – PB

Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, as cidades constituem-se como lugar do trabalho nas recém-criadas indústrias e comumente da moradia. Vale salientar o surgimento de novos objetos técnicos, como a máquina a vapor, sobretudo, o trem. Em 1907, a chegada da Estação Ferroviária em Campina Grande simboliza os ares urbanos na cidade. (Figura 6). “Neste momento, o espaço campinense se integra diretamente a uma economia capitalista internacionalizada, integração que foi viabilizada pelo moderno sistema de transporte.” (COSTA 2003, p. 35).

Figura 6 – Estação Ferroviária de Campina Grande.



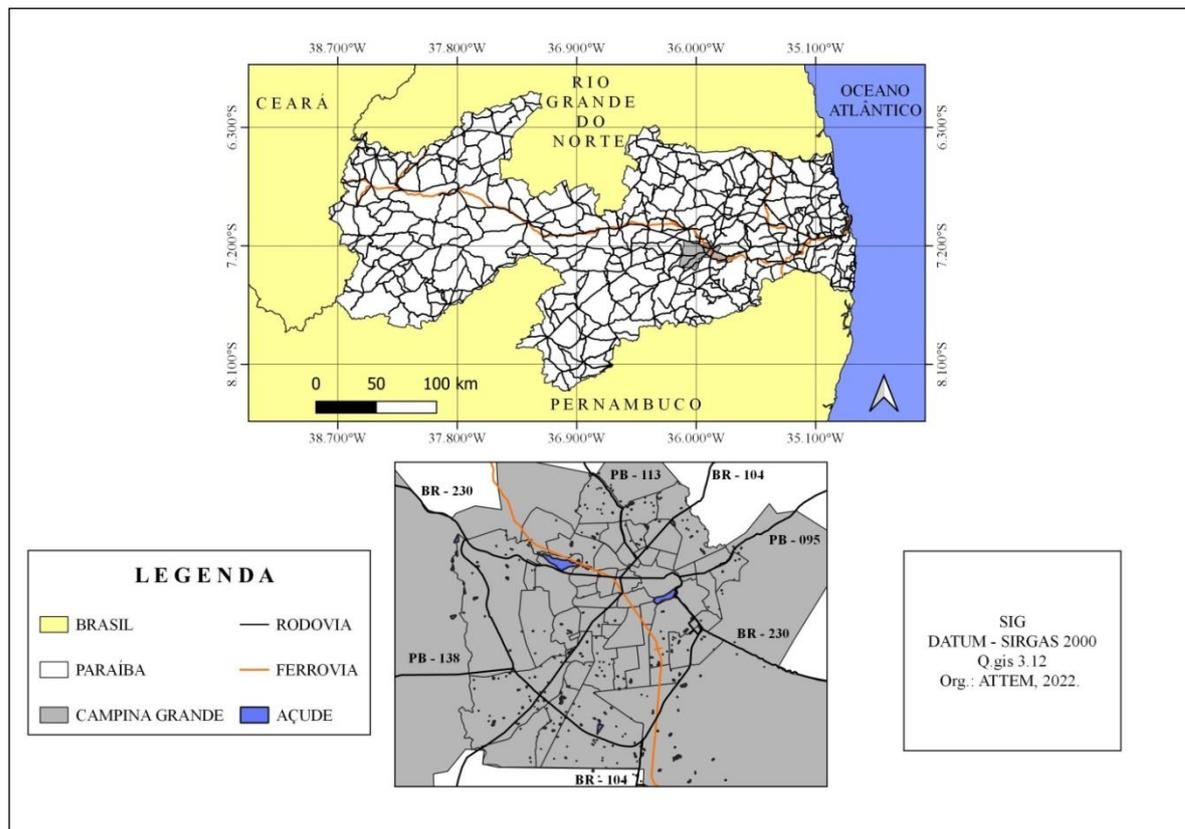
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Estação_de_Campina_Grande_em_2_de_outubro_de_1907.jpg

Acesso em: 20 set. 2021.

Manifesta-se, portanto, a imbricação de dois momentos: o entreposto comercial e a ferrovia, que constituem um par indutor do processo de urbanização e crescimento econômico, contribuindo, por conseguinte para a (re)produção do espaço urbano e acumulação de capital. (MAIA *et al.* 2013, p. 42). Assim, a noção de continuidade e simultaneidade se faz presente em Campina Grande, com a coexistência de tempos rápidos – a velocidade do trem, e tempos lentos – na sutileza da carroça, da riqueza no centro para pobreza nas laterais. De “boca de sertão” para “ponta de trilho”. (MAIA, 2010).

A presença da ferrovia estabeleceu em Campina Grande um ponto de escoamento para a circulação do algodão, assim, soma-se ao entroncamento de caminhos do gado – que se transformaram em rodovias federais e estaduais - a ferrovia. (Mapa 5). Desta forma, percebe-se a transição do *meio natural* para o *meio técnico* (SANTOS [2017] 1996) que proporcionou à cidade intensas transformações estruturais e simbólicas, econômicas, políticas e sociais. Destaca-se no mapa abaixo a presença de duas rodovias federais: a BR – 230 que interliga Campina Grande e a capital paraibana João Pessoa e a BR – 104 que conecta os estados da Paraíba e Pernambuco; e três rodovias estaduais: ao oeste PB-138 rumo ao sertão paraibano, PB-113 ao norte e a PB-095 ao leste. Vale destacar que a ZEIS Jardim Europa está situada às margens desta última rodovia. Já a ferrovia conecta Campina Grande com Recife – PE, porto de escoamento para as mercadorias exportadas, como o algodão e a farinha.

Mapa 5 - Os caminhos de Campina Grande: a linha do trem e o entroncamento de vias.



Fonte: COSTA 2003. Adaptado por ATTEM, 2022.

“No período de 1910 a 1930, foram introduzidos equipamentos que simbolizavam a modernidade urbano-industrial.” (MAIA *et al.* 2013, p. 44). Assim, devido à acumulação de riquezas provenientes do comércio de algodão – conhecido também como ouro branco, Campina Grande passa a expandir sua centralidade e aderir características do novo e de

sistemas técnicos. (SANTOS [2017] 1996), como a energia elétrica comumente ao trem/ferrovia. (Figura 7). Porém, nem todos detinham o acesso a estes direitos.

Vale ressaltar que nesse período a população de Campina cresce em velocidade estrondante devido ao êxodo rural e “a oferta de moradia é insuficiente para a demanda oriunda do processo migratório e o crescimento interno da cidade.” (LIMA, 2010). Dessa forma, comumente ao moderno, surgem as primeiras favelas e ocupações irregulares oriundas da autoconstrução, ocasionando uma expansão do tecido espacial da cidade, por meio do processo de descentralização e periferização.

Figura 7 - Inauguração da energia elétrica em Campina Grande, 1912.



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/celb.html#.YV0Gx7hKjIU>.

Além disso, foi instaurada na cidade, neste período, a própria iluminação pública, sistemas de transporte – bondes – e de comunicação - telefones, os primeiros bancos, praças, escolas, ruas, calçadas, cinemas, bordéis e entre outras marcas da urbanização. Porém, “nas cidades capitalistas impera a distribuição desigual de padrões urbanos.” (RODRIGUES 2016, p. 43). Assim, revela-se a seletividade do urbano e muito desses acontecimentos ocorreram devido à consolidação da própria elite local.

Sem a possibilidade de acesso à moradia nos centros das cidades as populações pobres são levadas a ocupar as áreas mais distantes, formando aglomerados subnormais (favelas), onde a ausência de infraestrutura é um elemento complicador no processo de reprodução da força de trabalho. E em Campina Grande, esse processo se reproduz. (MAIA *et al.* 2013, p. 118).

Desta forma, com a chegada da ferrovia de maneira simultânea e sistêmica as primeiras indústrias de Campina Grande surgem, resultando no processo de descentralização que “historicamente é mais recente que o de centralização. A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, [...]” (CORRÊA 1993, p. 44, 45). Ou seja, a descentralização está associada com a horizontalidade e expansão territorial da cidade - periferização.

Vale salientar que a ideia de periferia não está relacionada estritamente a uma porção da cidade ocupada pela classe trabalhadora. Em alguns casos, algumas classes da população buscam a *auto-segregação*, ou seja, “são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade.” (SOUZA 2003, p. 70). Em Campina, nos primórdios da cidade, as ditas periferias ricas são constituídas pelos bairros da Prata e Alto Branco. Já os bairros periféricos cuja formação socioespacial se deu a partir de uma *segregação induzida* - José Pinheiro e Conceição, devido à “situação na qual os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do CBD (*Central Business District*, ou a Área Central de Negócios.)” (id. 2003, p. 69).

Assim, a periferia de Campina é lugar tanto dos ricos – autosegregação – quanto dos pobres – segregação induzida, ou seja, não-homogênea e fragmentada. (MAIA 2010). Portanto, Campina Grande dá sinais de fragmentação, segregação e hierarquização do espaço por meio do processo de descentralização e a dinâmica da segregação é própria do capitalismo. (CORRÊA 1993, p. 69).

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial. (SANTOS 1993, p. 10).

Entre as décadas de 1930 e 1940 foi feita uma grande reforma urbanística. Em Campina Grande “tal reforma atingiu diretamente as ruas principais da cidade e aspirava-se, então, as rodovias retas, largas, e com edificações modernas, de alvenaria, em estilo arquitetônico *art déco*, [...]” (MAIA et. al. 2013, 45, 46). Assim, “coube ao planejamento oficial transformar a estrutura urbana e, conseqüentemente, o viver em Campina Grande. [...], um nítido processo contemporâneo de higienização e desigualdades.” (CARVALHO 2017, p. 18). Percebe-se atuação da figura do Estado como agente social produtor do espaço.

Campina Grande, como tantas outras cidades brasileiras, serviu de palco para experiências modernizadoras bem ao estilo dos vitoriosos projetos arquitetônicos

iniciados pelo Barão de Haussman em Paris e que, no Brasil, teve nas reformas urbanas de Pereira Passos, o seu exemplo maior. (CABRAL FILHO, 2009, p. 89).

As reformas urbanísticas de Verginaud Wanderley, conhecida como “bota-abaixo” foram tanto simbólicas quanto estruturais. Do ponto de vista estrutural, construiu a maior avenida da cidade: a Floriano Peixoto. Para tanto, teve que demolir diversas construções, tais como igrejas, casebres e também espaços da elite, como os cabarés. Dessa forma, esta reforma urbanística de Campina Grande botou abaixo as minorias e as maiorias.

Em Campina Grande, ao contrário de outros municípios brasileiros onde os *bota-abaixo* foram referências por parte dos pobres urbanos, as peculiaridades se deram devido às perdas por parte das elites no processo de transformação de “dar à cidade ares de urbe moderna (CARVALHO 2017, p. 43. Grifo da autora.)

Com a Era Vargas e o fim da Segunda Guerra Mundial, as dimensões políticas e econômicas, tanto no Brasil quanto no mundo, transformaram-se. “A série de reformas e mudança que abalaram Campina Grande na primeira metade do século XX acompanhou a dinâmica de reformulação do território nacional e mundial.” (MAIA *et al.*, p. 47). Sabe-se que a composição de “Arquipélagos Econômicos” constitui a história desarticulada das atividades produtivas no país. Porém, “é apenas após a Segunda Guerra Mundial que a integração do território se torna viável, [...]” (SANTOS 1993, p. 38).

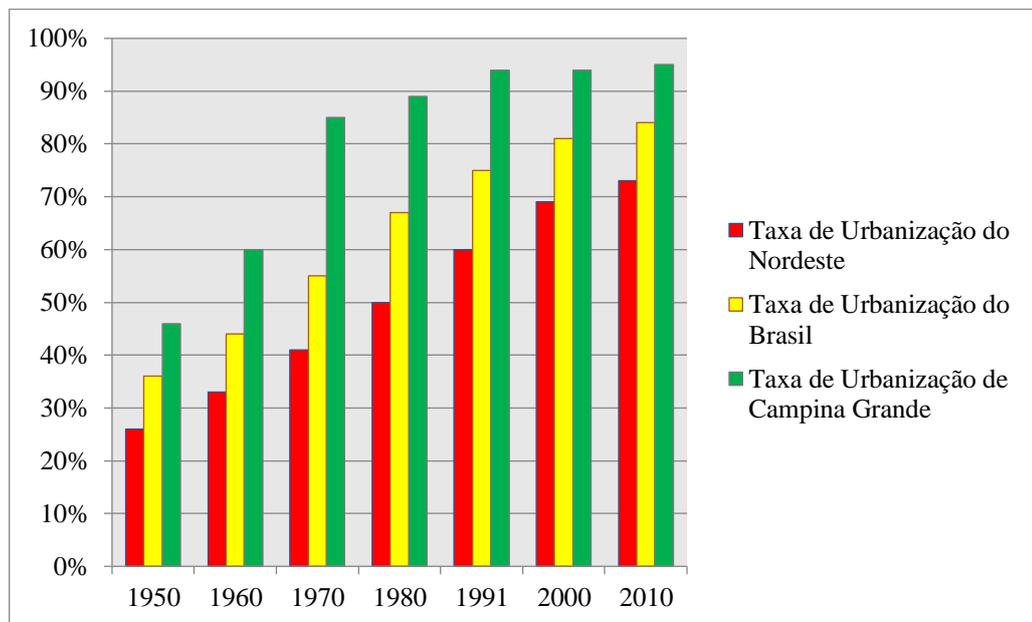
Assim, com as modernizações urbanas da cidade, os anos 1950 em Campina Grande marcam o início da transição entre o *meio técnico* para o *meio técnico-científico-informacional*. E, “a partir da década de 1960, Campina Grande recebe novos impulsos econômicos conduzindo à criação de distritos industriais em áreas periféricas da cidade.” (MAIA 2010). Desta forma, “a consequência deste processo é a criação de áreas especializadas, tanto na Área Central como em outros setores da cidade.” (CORRÊA 1993, p. 57). As áreas especializadas condizem com a homogeneidade da funcionalização do espaço, assim, zonas industriais, residenciais e comerciais, por exemplo, regiões funcionais que se relacionam entre si.

Por isso, a rede urbana de Campina obtém cada vez mais informação e influência na com a especialização de áreas que vão para além do comércio e atividades industriais. Neste período, destaca-se a fundação das Universidades Federal de Campina Grande – UFCG – e a Estadual da Paraíba – UEPB, entre os anos 70 e 80, *shopping* e terminais de aeroporto e rodoviários, consolidando, assim a inserção da cidade ao *meio técnico-científico-informacional*. (SANTOS 2017, [1996]) sendo conhecida como *Campina tech city*. Entretanto, entre os encantos, a cidade aparece desconfigurada de sua função social.

Hoje, de acordo com estudos do REGIC 18 (Região de Influência das Cidades) ³ Campina Grande é considerada Capital Regional C, devido a aglomerações de pessoas, indústrias, capital, serviços, comércio, bancos, escolas, hospitais, festas, etc. Continuamente, desemprego, miséria, fome e desigualdades.

Assim, pode-se afirmar que o processo de urbanização em Campina é recente, pois, segue a lógica da urbanização brasileira e de países subdesenvolvidos. De acordo com Santos (SANTOS 1993), a urbanização brasileira foi tardia, concentrada e acelerada e para Cabral Filho, em Campina Grande “o que poderíamos denominar processo de modernização ocorre obedecendo a ritmos outros. Nesta cidade as mudanças ocorreram e foram plenamente percebidas e vivenciadas.” (CABRAL FILHO 2009, 45). Os dados estatísticos mostram a dimensão da taxa de urbanização⁴ no Brasil, no Nordeste e em Campina Grande. (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de Urbanização no Brasil, na região Nordeste e em Campina Grande - PB.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122> & LIMA (2004) *apud* (VALVERDE 2017). Adaptado por ATTEM, 2021.

Percebe-se, a partir do gráfico acima, a evolução da população urbana entre 1950 e 2010, porque o censo demográfico em 2020 não foi realizado pela falta de investimentos por parte do Governo Federal. Em 1960, quase metade da população do Brasil já residia nas cidades. Em 1970, ultrapassamos a marca dos 50%, configurando-se, assim, majoritariamente

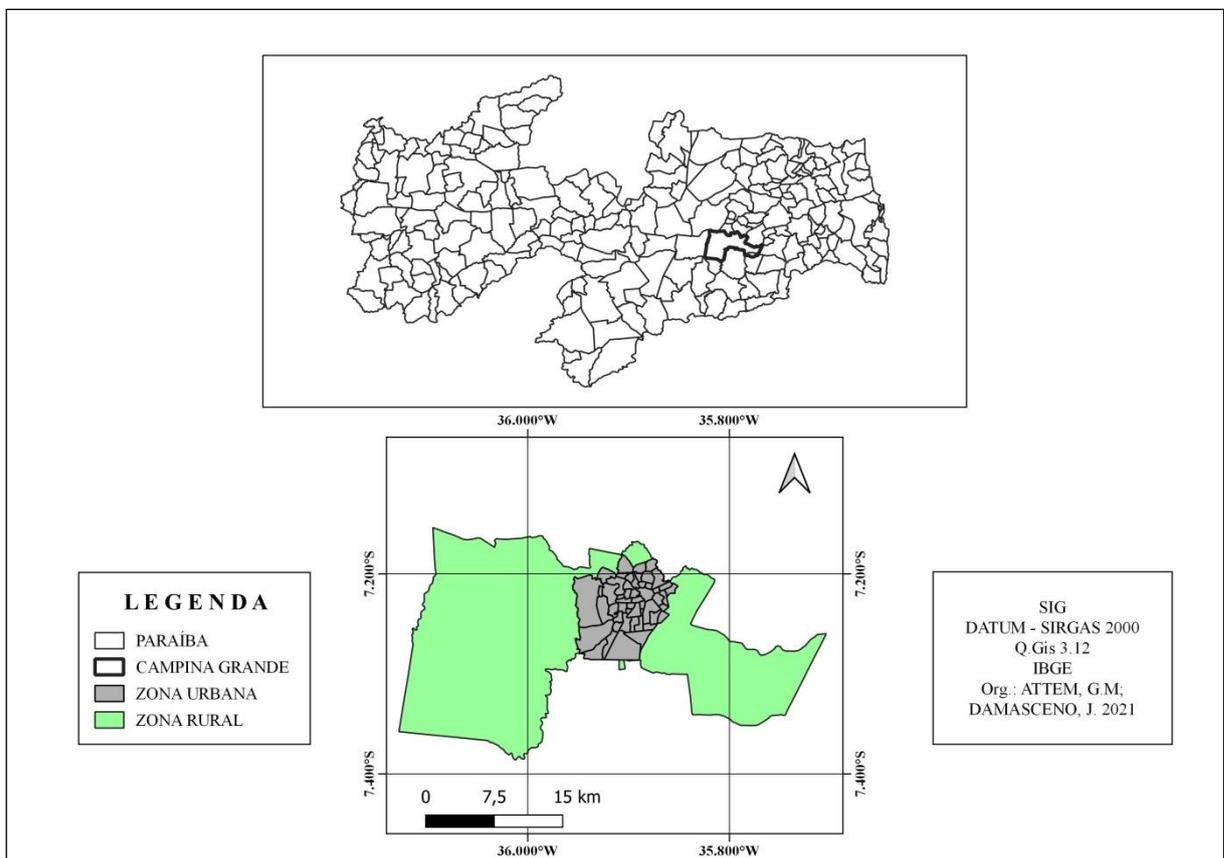
³ A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas.

⁴ Entende-se como taxa de urbanização a razão entre a população total e a população urbana. (IBGE, 2017).

território urbano, apesar de notadamente, em grande parte da sua história, o Brasil ser considerado rural e/ou agrícola. Notam-se outros dois pontos: 1) a rápida transição da população brasileira para as cidades; e, 2) o nível de urbanização na cidade de Campina Grande estar acima do território nacional e da região – na década de 90, por exemplo, excede os 90%.

A população estimada de Campina Grande em 2020, segundo o IBGE, é de 411.807 habitantes, sendo assim, a segunda cidade mais populosa do estado. Estima-se ainda, que dentre a população total da cidade, menos de 10% reside fora da cidade. Peculiar, visto que, a zona rural da cidade é maior que o território urbano e sustentando a ideia de que a cidade representa a concentração enquanto o campo a dispersão. (Mapa 6).

Mapa 6 - Zona Urbana e Rural de Campina Grande – PB.



Fonte: IBGE 2020. Adaptado pelo autor, 2021.

Tal fato é uma peculiaridade histórica da cidade. Em Campina Grande, no contexto histórico, considera-se a urbanização do tipo espreada (SANTOS, 1993) e espontânea (*id.* 1985, p. 30), visto que, surge em uma intersecção de caminhos e condiz com a dispersão, fragmentação e periferização. Além disso, é na dimensão do habitar que as desigualdades urbanas se materializam.

“No processo de urbanização induzido pela industrialização, produziu o habitat contra o habitar ao construir os grandes conjuntos habitacionais como depósito de trabalhadores e moradias precárias para o exército industrial de reserva.” (CARLOS, 2020). Na política urbana brasileira, o BNH foi é um dos principais projetos urbanos voltados para habitação popular que se estendeu de 1964 – 1986, ou seja, durante a ditadura militar. Deste modo, percebe-se caráter técnico, autoritário e segregador dessas práticas políticas. Em Campina Grande, a construção desses conjuntos habitacionais acontece na periferia e gerou diversos conflitos sociais, morais, estruturais e pela propriedade e tem como principal exemplo o bairro das Malvinas. “Assim, a política habitacional promovida sob a égide do Banco Nacional de Habitação nem resolveu o problema da moradia e provocou a periferização, [...]” (MAIA, 2010).

Durante os anos 90, loteamentos financiados pela Caixa Econômica Federal, localizados na periferia da cidade, foram ocupados por pessoas de baixa renda. No próximo ponto operacionaliza-se a relação entre o espaço e a política urbana sobre a habitação no Brasil e em Campina Grande, especificamente o caso da ZEIS Jardim Europa.

5 CAPÍTULO 3: ESTUDO DE CASO: ZEIS JARDIM EUROPA

5.1 As zeis em Campina Grande – PB

Para entender a situação da ZEIS Jardim Europa em Campina Grande, torna-se necessário compreender a trajetória do Movimento pela Reforma Urbana no Brasil, que consolidou na criação do Estatuto das Cidades e, por conseguinte, na regularização das ZEIS que, “além de estar inserida como um dos instrumentos estratégicos no âmbito das discussões da Reforma Urbana no Brasil, faz parte também do debate internacional sobre a regularização de assentamentos precários e sobre o Direito a Cidade.” (MORAES 2017, p.7). E, “a negação do direito à cidade é condição e expressão das desigualdades socioespaciais.” (MAIA *et al.* 2013, p. 117).

Baseado em Lefebvre, “o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência e só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118). Portanto, a luta de classes dos movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade é concomitante à luta pela defesa da vida digna, justa e por políticas públicas adequadas.

A Constituição Federal de 1988, nos Art. 182 e 183, incentivou a reformulação na regularização fundiária urbana. (BRASIL, 1988), dando origem aos primeiros Planos Diretores Municipais nas cidades com população acima de 20 mil habitantes e, por conseguinte, o surgimento do Estatuto das Cidades, em 2001.

Para Villaça “a elite econômica brasileira – no caso representada pelos interesses imobiliários – não quer saber de plano diretor, pois ele representa uma oportunidade para debater os ditos ‘problemas urbanos’ que ela prefere ignorar.” (VILLAÇA, 1999, p. 240). Portanto, a participação popular na construção e discussão sobre as políticas públicas é essencial para manutenção da democracia e a institucionalização das ZEIS constitui num avanço no tocante à regularização fundiária de assentamentos precários.

O instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social, que representa uma destinação de parcela do território urbano para provisão de habitação popular (quando vazia) ou para regularização fundiária e urbanística (quando ocupada por assentamentos irregulares), parece ter sido bastante disseminado nos Planos Diretores Participativos. (ROLNICK *et al.* p. 141)

Segundo Dantas, o PDCG de 1996 (Lei Municipal nº 3.235/1996) foi a primeira legislação urbanística de Campina Grande a mencionar as ZEIS que são classificadas como

porções do território municipal voltadas para provisão habitacional de interesse social, assegurando a cidadania e as funções sociais da cidade e da propriedade urbana. (Art. 17) (DANTAS 2019, p. 76).

Posteriormente, com a revisão do Plano Diretor em 2006, este agora com a participação da sociedade civil, através da Lei Municipal (4.806/2009) as ZEIS em Campina tornam-se de dois tipos: ZEIS 1 são áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda; e, ZEIS 2 são áreas nas quais o solo urbano encontra-se não edificado, subutilizado ou não utilizado.

Um produto da luta dos assentamentos irregulares pela não remoção, pela melhoria das condições urbanísticas e pela regularização fundiária. A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir, no zoneamento da cidade, uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para o assentamento (BRASIL, 2001). *Apud* (SANTOS 2017, p. 59).

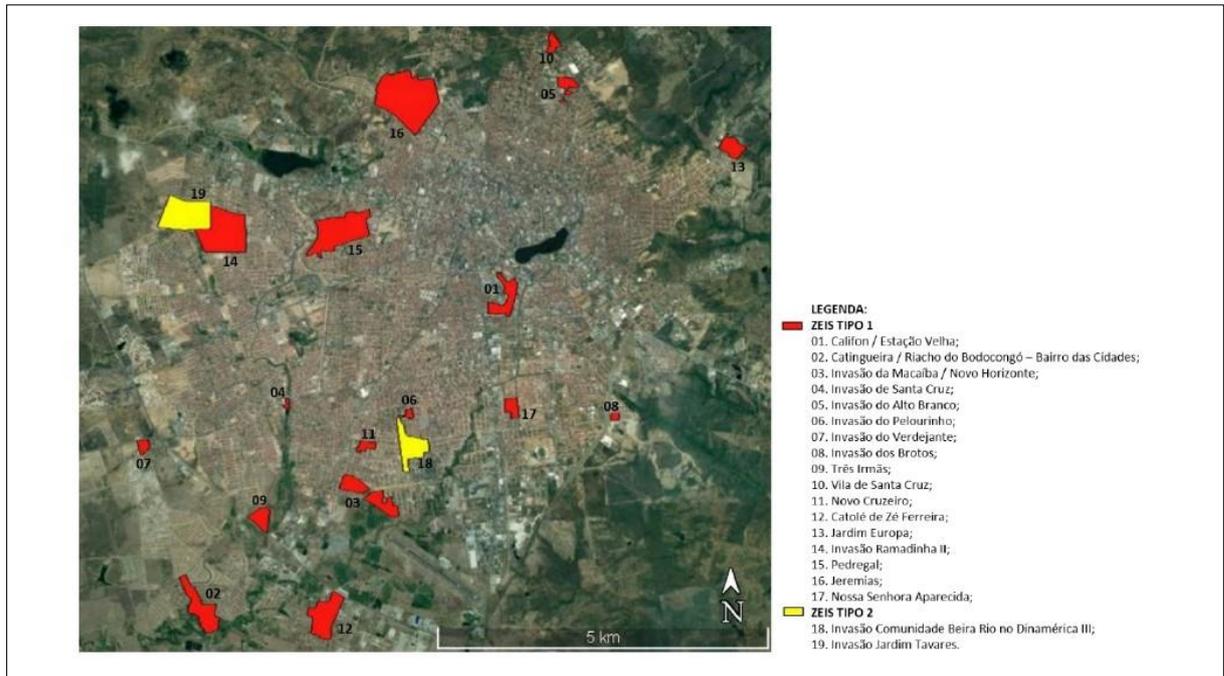
Segundo o Plano Diretor Participativo da cidade de Campina Grande – PB, no Art. 36 as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território municipal que têm por objetivo assegurar à função social da cidade e da propriedade, sendo prioritariamente destinadas à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social. Percebe-se uma evolução metodológica do primeiro plano para o segundo. Em 2021, está acontecendo a revisão do Plano Diretor de 2006, portanto, é possível que novas áreas da cidade tornem-se ZEIS?

Vale salientar requisitos para transformação de áreas em ZEIS:

(i) ser passível de urbanização de acordo com estudo de viabilidade técnica realizado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande; e (ii) nas áreas ocupadas (a) ter uso predominantemente residencial; (b) apresentar precariedade ou ausência de serviços de infraestrutura básica; (c) renda familiar média igual ou inferior a 03 salários mínimos; e (d) possuir pelo menos 50 domicílios. (iii) Ter Lei específica criando ZEIS (CAMPINA GRANDE, 2009). *Apud* (SANTOS 2017, p. 59).

Em Campina Grande, são ao todo 19 comunidades ZEIS. (Mapa 7). As ZEIS do tipo 2 são a Invasão Jardim Tavares e a Invasão Comunidade Beira Rio e as ZEIS tipo 1 são a Califon/Estação Velha, Catingueira, Novo Horizonte, Invasão de Santa Cruz, Invasão do Alto Branco, Invasão do Pelourinho, Invasão do Verdejante Invasão dos Brotos, Invasão Ramadinha II Três Irmãs, Vila de Santa Cruz, Novo Cruzeiro, Catolé de Zé Ferreira, Pedregal, Jeremias, Nova Aparecida e Jardim Europa – objeto de estudo deste trabalho.

Mapa 7 – As ZEIS de Campina Grande – PB



Fonte: (BARROS FILHO *et. al.* 2019)

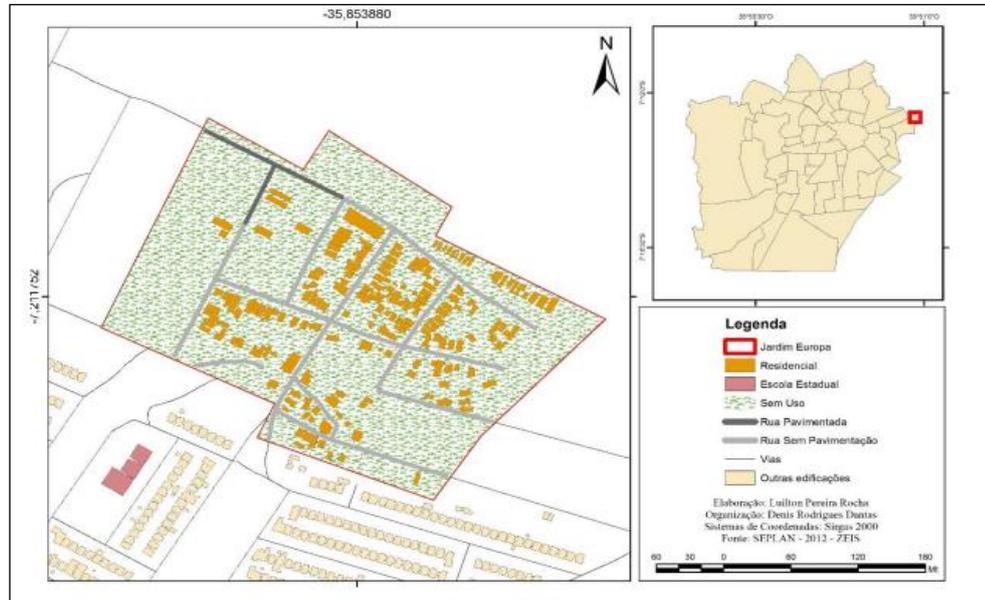
Percebe-se no mapa acima a diversidade de tamanho e localização nas ZEIS em Campina Grande. No sentido locacional existem ZEIS periféricas – como o Jardim Europa e a Catingueira; e, outra central – a ZEIS Califon. Já na perspectiva do tamanho, percebe-se ZEIS maiores como do Jeremias e Pedregal e outras menores, como a Invasão de Santa Cruz.

5.2 A ZEIS Jardim Europa

Dentre as ZEIS de Campina Grande, está à comunidade do Jardim Europa, que surgiu nos anos 1990, a partir do processo de ocupação em loteamentos da Caixa Econômica Federal. Atualmente, apresenta infraestrutura precária e necessita de obras de urbanização e nota-se uma perspectiva história e estrutural destes problemas. Outro problema cotidiano na comunidade são os alagamentos devido à falta de escoamento d'água e esgoto. Além disso, a própria natureza do sítio urbano contribui para aumentar as dificuldades de locomoção e mobilidade, visto que, a ocupação ocorreu nas margens de serras e morros.

O Jardim Europa foi considerado uma Zona Especial de Interesse Social em 2009 e está localizada na periferia da cidade e do bairro de Nova Brasília, às margens da PB-095. (Mapa 8). No local, vivem cerca de 600 pessoas em situação de vulnerabilidade socioambiental em cerca de 150 domicílios (algumas casas sendo resultado da autoconstrução do início da ocupação).

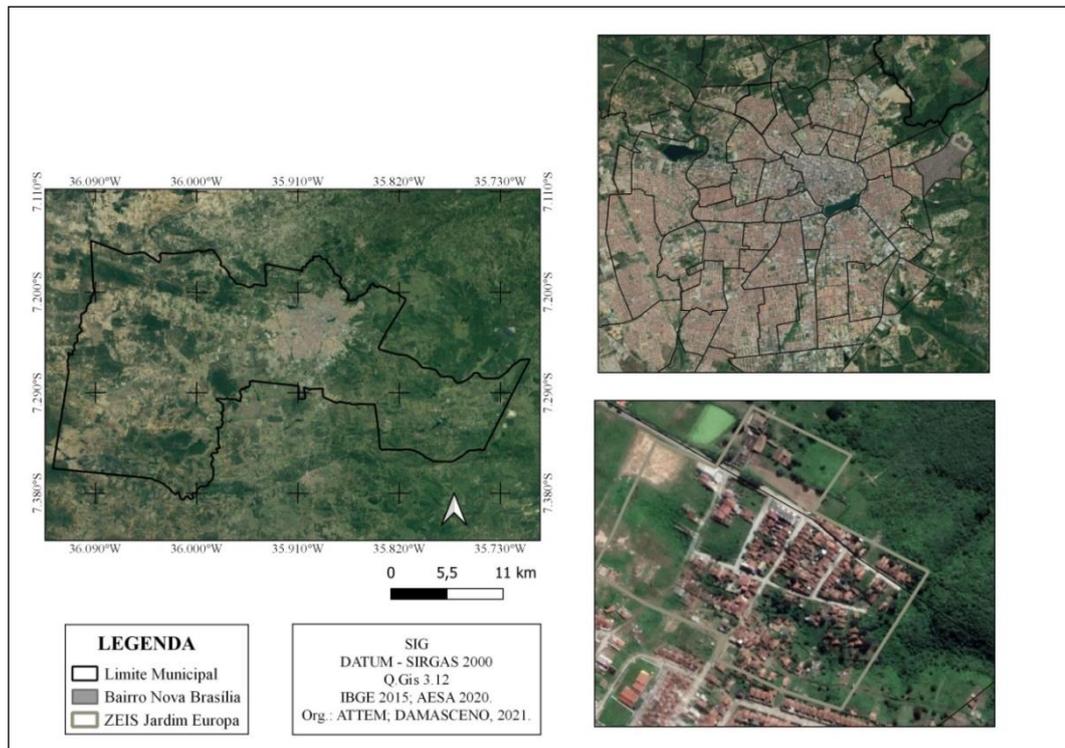
Mapa 8 - ZEIS Jardim Europa



Fonte: DANTAS, 2019.

O lugar apresenta carência de infraestrutura urbana, tais como, saneamento básico, vias calçadas, iluminação pública e etc. Além da segregação e fragmentação urbana, no local ocorre nítida diferenciação socioespacial entre campo e cidade, devido tanto à localização geográfica – na periferia – quanto à divisão do trabalho. (Mapa 9).

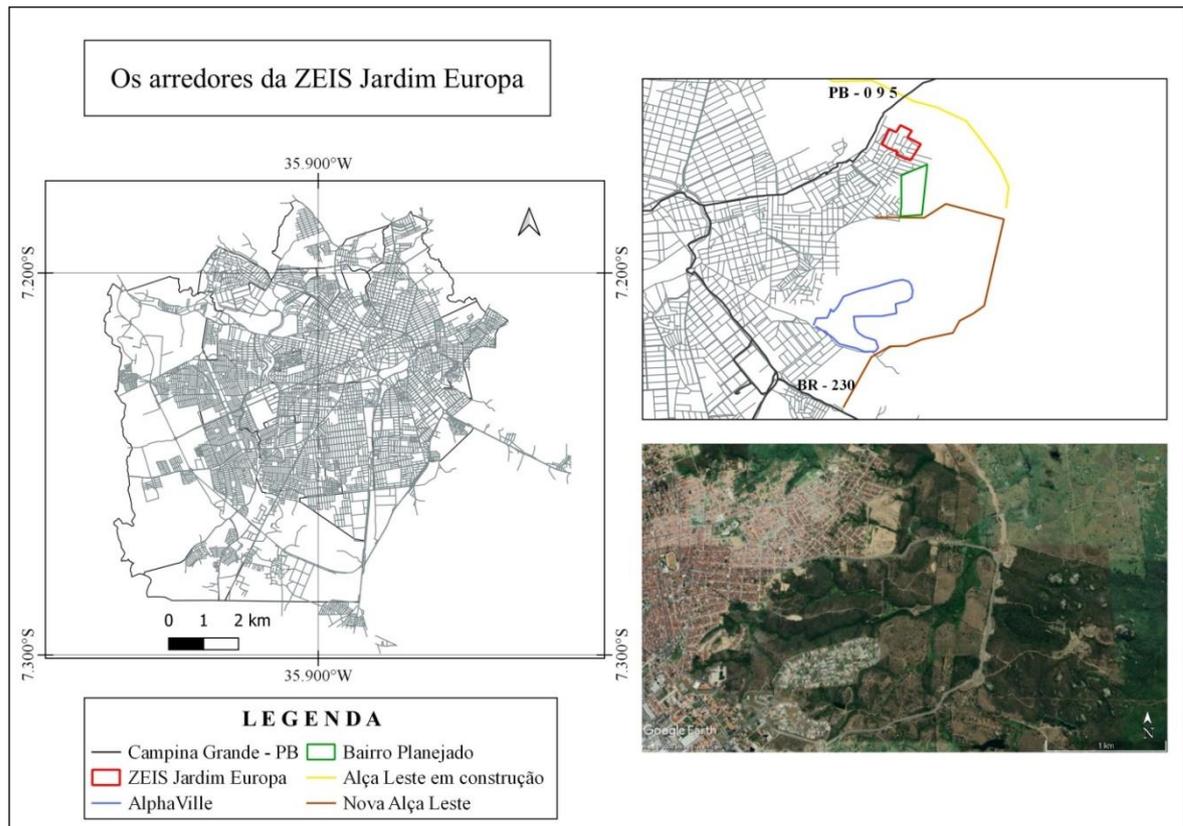
Mapa 9 - Localização geográfica da ZEIS Jardim Europa.



Fonte: IBGE 2015. Adaptado por: ATTEM&DAMASCENO, 2021.

Vale ressaltar que entre a PB – 095 e a BR – 230 foi criada a Nova Alça Leste com o objetivo de interligar as duas rodovias, desafogar o trânsito no centro da cidade e consequentemente, melhorar a mobilidade urbana. Com isso, a especulação imobiliária no local aumentou tangencialmente, tanto pela inserção do condomínio de luxo Alphaville quanto pela própria dinâmica do mercado. Além disso, um novo bairro planejado chamado Villa Olímpia está em processo de construção e iniciou a venda dos lotes próximo ao Jardim Europa. (Mapa 10).

Mapa 10 - Os arredores da ZEIS Jardim Europa



Fonte: Google Earth Pro. Adaptado pelo autor, 2022.

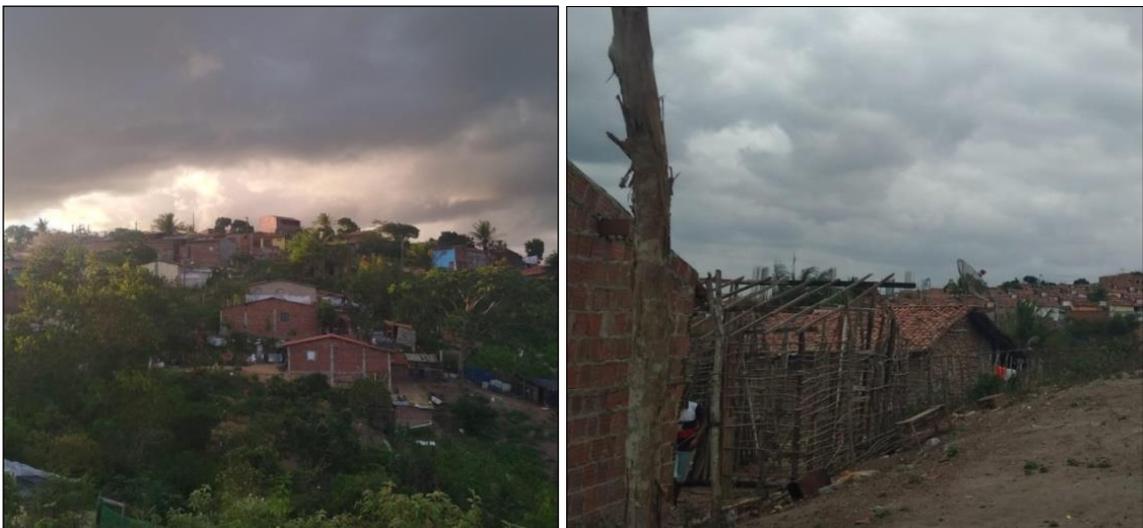
Em 2020, com a expansão da urbanização e intensa especulação imobiliária, a área ao redor do AlphaVille valorizou-se. Deste modo, foi construída a Nova Alça Leste - uma via pavimentada, bem sinalizada, com ciclovia e luzes de led – cujo intuito foi facilitar o deslocamento e a mobilidade urbana na região. Por outro lado, o Jardim Europa ainda permanece invisível diante de obras públicas, como saneamento básico e calçamento. Percebe-se, assim, a ação do Estado visando prestigiar as classes dominantes.

Portanto, percebe-se a importância da regularização fundiária das ZEIS para evitar despejos dos moradores locais, visto que, com a valorização do solo urbano, o valor de troca fica mais elevado, enquanto o valor de uso é cada vez mais descartável no modo de produção capitalista. Vale salientar, durante a pandemia do Covid-19, diversas pessoas ficaram

desempregadas e perderam o direito da moradia, visto que, a maioria não tem casa própria. Alternativa encontrada, devido às circunstâncias do momento vivido, foi de ocupar um terreno vazio e construir o habitar, é o caso da Ocupação Luiz Gomes, localizada no bairro do Jardim Paulistano. Será que a política urbana das ZEIS pode contribuir nessa situação?

O Jardim Europa, cujo nome remete à paisagem natural e o clima frio e ameno - lembrando os jardins da Europa - é um local carente de infraestrutura espacial, ou seja, faltam objetos técnicos característicos do espaço urbano, como vias calçadas, saneamento básico e, em alguns casos, até energia elétrica. (Figura 9 e 10).

Figura 9 e 10 - Infraestrutura do Jardim Europa.



Fonte: acervo do autor, 2020.

O espaço é alvo de diversos agentes sociais produtores do espaço (CORRÊA 1993), como promotores imobiliários – promovendo a especulação imobiliária; o Estado – com ações, ou não, de políticas públicas de urbanização; e, os grupos sociais excluídos – moradores da área, que estão literalmente “à margem” da sociedade. Enquanto o Estado é cego para os grupos sociais excluídos é guia para os promotores imobiliários e os proprietários fundiários. (Figura 11 e 12).

Figura 11 e 12 – Ausências de infraestrutura urbana no Jardim Europa



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Percebe-se, deste modo, a reprodução das desigualdades socioespaciais na cidade de Campina Grande. Para Rodrigues, “a desigualdade socioespacial é a expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social.” (RODRIGUES 2007, p.74). Em estudo de campo, a principal queixa apontada pelos moradores locais é, sobretudo, a falta de saneamento básico (Figura 13) e mobilidade urbana. (Figura 14).

Figura 13 - Falta de saneamento básico na comunidade do Jardim Europa.



Fonte: Rafaela Costa, 2021.

Figura 14 – Falta de mobilidade urbana na comunidade do Jardim Europa



Fonte: Rafaela Costa, 2021.

Nota-se na figura acima que uma parte da rua é de calçamento, enquanto outra não, resultado de obras de urbanização incompleta na comunidade. Por consequência da ausência de calçamento na comunidade do Jardim Europa a coleta de lixo é quase nula (Figura 15) e as ambulâncias e o transporte coletivo não podem ir até o local. Além disso, moradores com dificuldade de locomoção sofrem ainda mais com o problema. Com a falta de saneamento básico e drenagem de esgoto, a população local está exposta e sujeita a doenças e infecções, tais como hepatite, cólera, leptospirose, diarreia e entre outras enfermidades.

Figura 15 – Acúmulo de lixo no Jardim Europa.



Fonte: Rafaela Costa, 2021.

Além disso, no próprio espaço interno da comunidade as desigualdades também são evidentes, como na imagem a seguir que mostra a contradição de uma casa com muro com cerâmica e portão de alumínio ao lado de uma casa de taipa e cercas de madeira. (Figura 15 e 16). Outro ponto que nos chama atenção é que obras previstas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) não foram concretizadas no Jardim Europa.

Figura 15 e 16- Contradição entre as formas do habitar no Jardim Europa.



Fonte: acervo do autor, 2020.

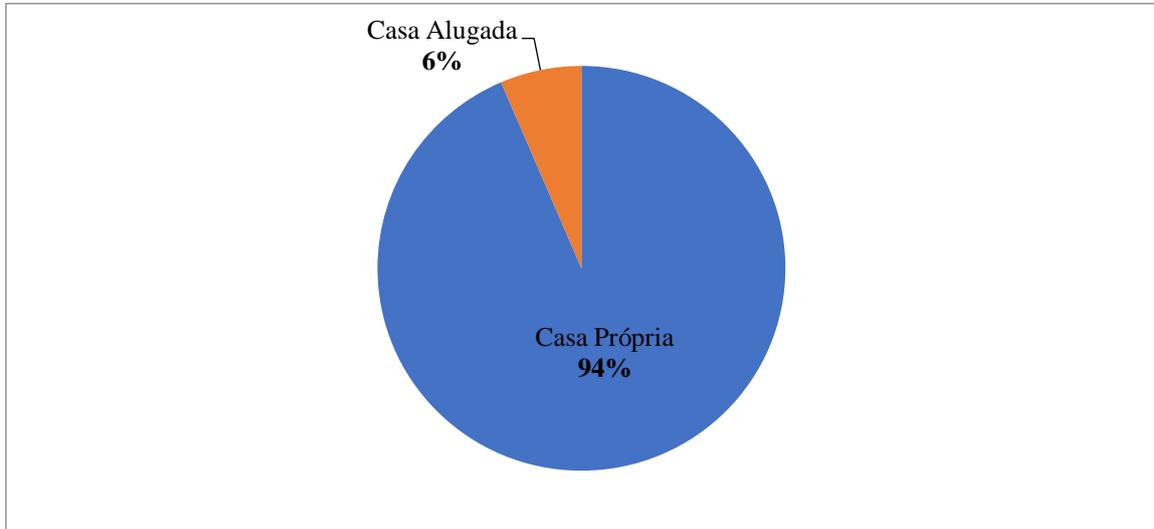


Fonte: Rafaela Costa, 2021.

Devido processo histórico de ocupação, a maioria das pessoas da comunidade do Jardim Europa moram em casas próprias, porém sem a escritura (Gráfico 2 e 3). Tal fato

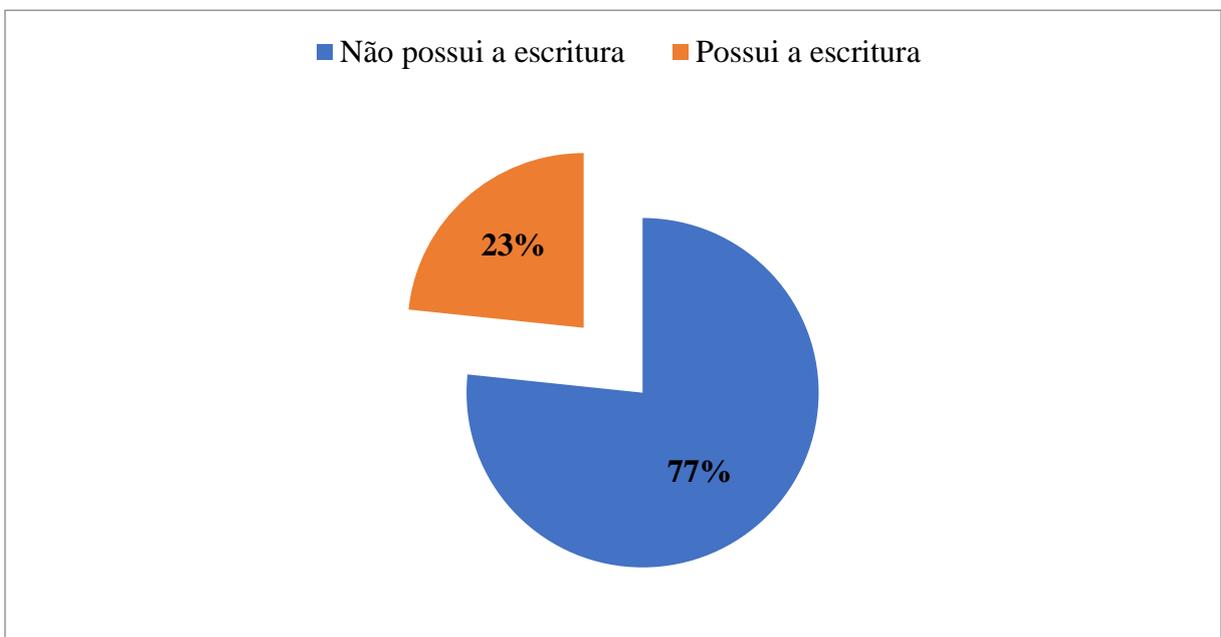
remete a discussão de que a irregularização fundiária é característica central na discussão sobre as favelas e assentamentos precários. Além disso, menciona-se a importância das ZEIS no processo de assegurar o direito à propriedade.

Gráfico 2 – Sobre as residências no/do Jardim Europa.



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Gráfico 3 – Em relação à escritura



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Pode-se questionar sobre o medo e receio de alguns moradores ao questionar sobre a escritura da casa sob pena do despejo. Porém, com base no usucapião⁵ e pela própria lei da

⁵ O Art. 183 da Constituição Federal diz que aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

ZEIS, tal prática é inferida na comunidade, visto que, assegura-lhe o direito à propriedade e a regularização fundiária.

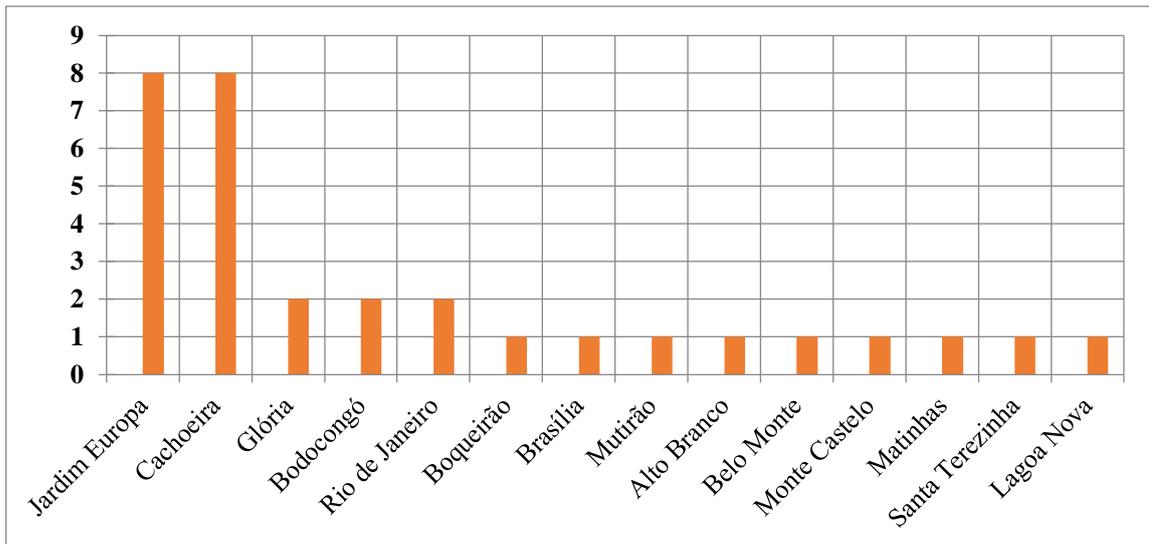
A ausência de políticas públicas de urbanização auxilia na fragmentação de um espaço já segregado. Por consequência da falta de urbanização, práticas espaciais tradicionalmente rurais resistem ao tempo do capital urbano. Além disso, devido à localização geográfica periférica, próxima à zona rural; pela paisagem e pelo perfil dos primeiros moradores, os hábitos e modos de vida da população do local remetem a atividades primário-rurais.

É perceptível a criação de animais, como cavalos, bodes, galinhas e também do cultivo de milho, feijão e jerimum na região, assim como a paisagem natural. (Figura 17 e 18). Vale salientar que durante o processo de ocupação na área, parte das pessoas é oriunda de outras comunidades periféricas da cidade, como a Cachoeira, de pequenas cidades (Matinhas, Santa Terezinha e Lagoa Nova) ou grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e Brasília) e da zona rural. No entanto, das 31 pessoas entrevistadas, 8 sempre moraram no Jardim Europa. (Gráfico 4).

Figura 17 e 18 - Relação entre o campo e a cidade no Jardim Europa.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Gráfico 4 – Local de moradia antes do Jardim Europa

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

A moradora M.S.A., relatou na entrevista virtual que nos primórdios da comunidade só havia “mato”. Tal fato coincide com o de outra moradora: A. disse que o espaço onde hoje é o Jardim Europa, no início da década de 90, era um conjunto de loteamentos da Caixa Econômica Federal. A compra destes lotes não ocorreu devido ao fato da própria localização geográfica do local - muito distante no centro – da dificuldade de acesso e pela própria fragmentação e estrutura espacial.

Dessa forma, a formação socioespacial do Jardim Europa se deu a partir destes loteamentos e, sobretudo, por meio de ocupações. A periferia, segundo Corrêa, é o *locus* de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades (CORRÊA, 1993). Assim, alguns dos primeiros moradores da comunidade são provenientes do campo e trazem consigo os hábitos e costumes rurais para a cidade. Tal fato permanece até hoje, com a criação de porcos, galinhas, bodes e cultivo de feijão, jerimum e batata.

A relação entre o campo e a cidade, na área periurbana de Campina Grande, é reflexo da própria condição da divisão social, técnica e territorial do trabalho e do urbano. Pois, como afirma Sposito (2011): “não há cidades sem divisão social do trabalho.” E é esta divisão do trabalho que caracteriza a segregação e diferenciação socioespacial entre campo e cidade. Portanto, a diferenciação socioespacial entre a cidade e o campo em Campina Grande está materializada na relação entre o urbano e o rural e na divisão social e técnica do trabalho. (Figura 19 e 20).

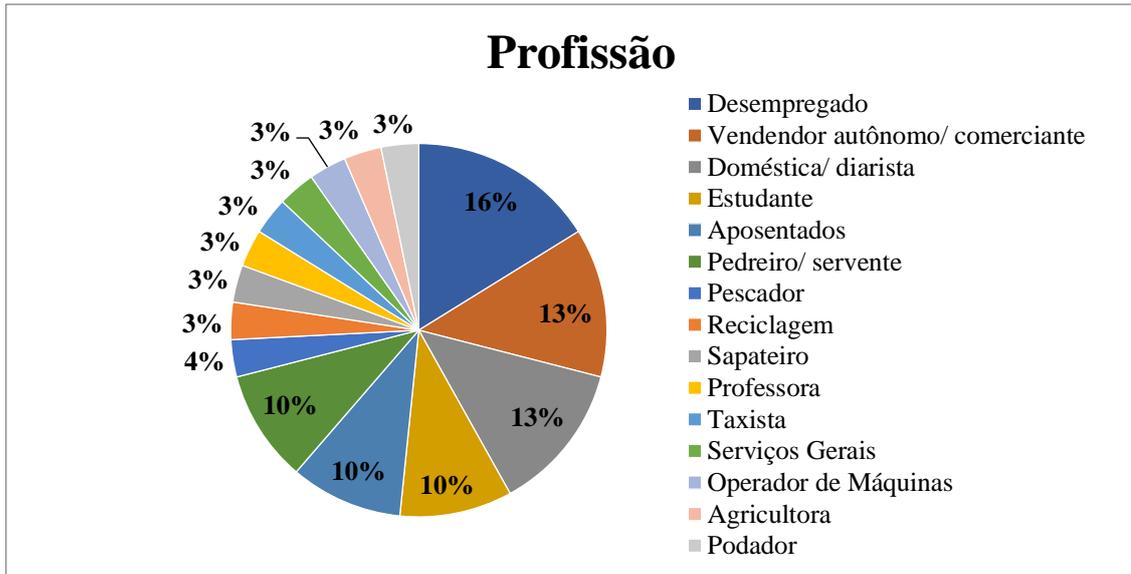
Figura 19 e 20 - uso de carroças como meio de transporte e de trabalho.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

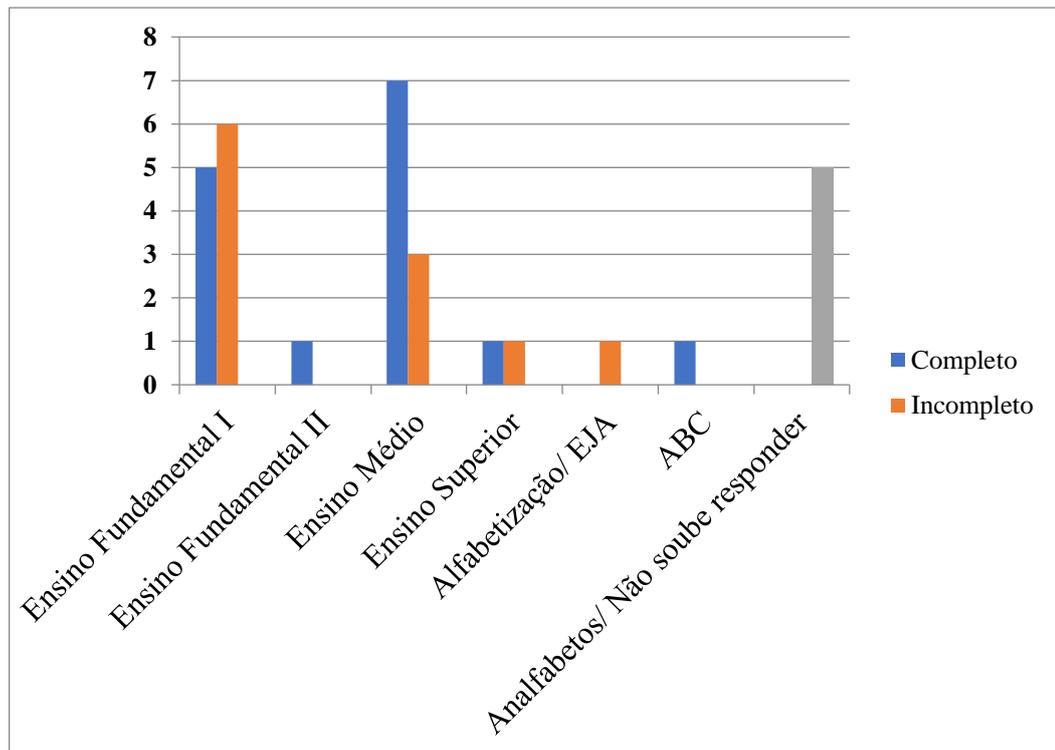
Nota-se perspectiva de *continuum* entre o campo e a cidade, no espaço urbano de Campina Grande, seja na visão histórica, com a presença de ruralidades no processo de formação social da cidade, ou, do ponto de vista estrutural – funcional com atividades, predominantemente rurais na cidade, como a criação de porcos e bode e a agricultura, seja para consumo ou venda.

No gráfico abaixo, percebe-se a profissão dos moradores locais, dentre elas, destaca-se o número de desempregados e as profissões de agricultor e pescador que não são comuns na zona urbana, reafirmando a divisão social e técnica do trabalho entre campo e cidade no Jardim Europa. Além disso, elevado número de pessoas são vendedores e/ou comerciantes, aposentados, diaristas e pedreiros. Outra profissão também que merece destaque é a de coleta de reciclados. (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Profissão dos moradores do Jardim Europa

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

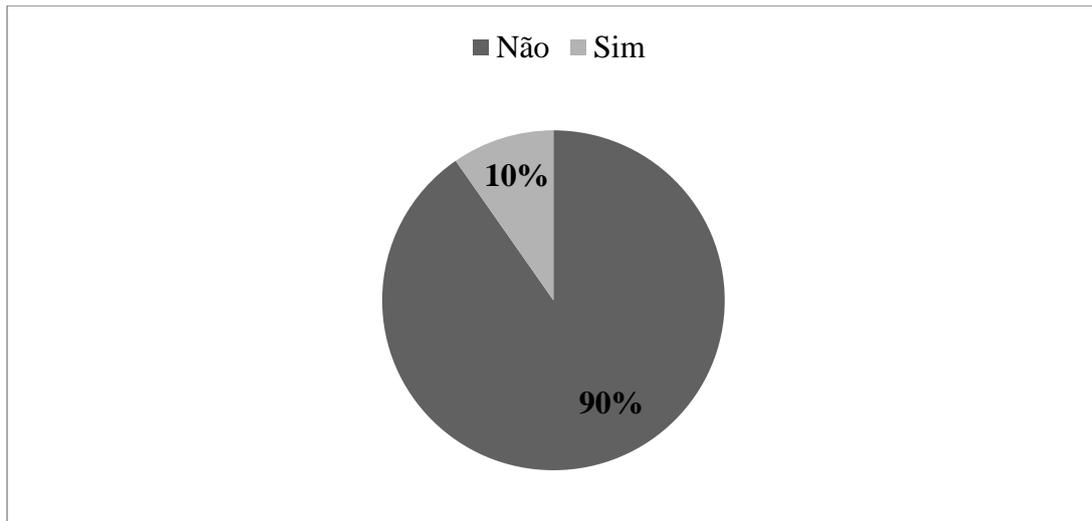
Além disso, podem-se relacionar tais condições de trabalho com o nível de escolaridade da população local. Dentre os 31 entrevistados, 16 não concluíram os estudos ou são analfabetos e não souberam responder. Aqueles que concluíram, apenas 1 tem o ensino superior completo, 7 o ensino médio e 6 o ensino fundamental e outra pessoa só tem até o ABC. (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos moradores no Jardim Europa.

Fonte: Pesquisa direta, 2022.

Afirma-se que reprodução da alienação acontece através da desinformação da população. O Estado, por diversos motivos – tais como a manutenção das desigualdades e do poder – nega de pessoas carentes o acesso escolas devido ao baixo número de escolas em comunidades periféricas resultando na desinformação da população. Ao questionar sobre o conhecimento sobre as ZEIS, eis o resultado: (Gráfico 7)

Gráfico 7 – “Você sabe o que são as ZEIS?”



Fonte: Pesquisa direta, 2022

Percebe-se no gráfico acima que a maioria dos entrevistados não conhece o que são as ZEIS, por conseguinte, tampouco sabem que vivem em uma. O fato de o Jardim Europa ser considerada uma ZEIS revela a necessidade de obras de urbanização no local, assim como, a regularização fundiária, visto que, a especulação imobiliária é crescente na região.

Outro ponto importante nessa perspectiva do não conhecimento das ZEIS por parte da população local está no sentido não disseminação da informação sobre das políticas públicas e dos direitos do cidadão. Assim, como forma de contribuir com essa ponte entre teoria e prática foi produzida uma Cartilha sobre as ZEIS em Campina Grande e micro documentários sobre as 19 ZEIS da cidade também foi feito com o intuito de compartilhar as histórias das comunidades e a própria política pública.

Porém, apesar das adversidades, os moradores da comunidade do Jardim Europa constituem o movimento social urbano desde sua formação nos anos 1990, visto que, é resultado de uma ocupação irregular e a luta pelo direito à cidade faz parte da essência do lugar. Ao questionar “quais os principais problemas da comunidade” um morador respondeu “tudo, só o povo que ‘presta”. Nota-se, deste modo, uma articulação entre os moradores locais. Uma das principais pautas está na construção de uma SAB (Sociedade de Amigos do Bairro) fortalecendo a participação popular nos debates e políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, como ramificação do Projeto de Extensão e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Urbano (GEUR – UEPB) não termina aqui, pelo contrário, é o ponto de partida de diversas discussões acerca do papel crítico da Geografia como ciência social e política, sobre o sistema capitalista de produção do espaço, da situação dos pobres na cidade e das políticas públicas de urbanização. Ou seja, abrem-se leques de pesquisa sobre a temática urbana.

Como proposta de ir além, pode-se refletir em algumas extensões e temas para debate:

- a) Do ponto vista teórico-metodológico: refletir sobre a Geografia, o espaço-tempo e a sociedade; o espaço como mercadoria/ produto do sistema capitalista de produção; as distinções teóricas e conceituais acerca da cidade e o urbano; a relação cidade e campo; definição conceitual sobre favelas, ocupações irregulares, assentamentos preários e etc.
- b) Em uma perspectiva sobre o espaço urbano: Qual a relação entre a configuração territorial e o lugar? Qual o papel e a influência das técnicas no processo de urbanização? A história das cidades e os modos de produção. Articulação entre a urbanização e o meio técnico-científico-informacional. Pandemia e espaço urbano.

Em relação às ZEIS como política pública, pode-se afirmar que é um avanço sobre a regularização fundiária e o direito à cidade, porém percebe-se diversas lacunas e brechas até mesmo metodológicas de sua efetivação. Será que a política urbana das ZEIS está sendo concretizada? Além disso, porque existem ZEIS que são mais bem estruturadas que outras? Com a revisão do Plano Diretor em curso, a gestão irá voltar os olhos para as ZEIS como política pública de habitação e moradia ou irá continuar às cegas? Este questionamento só o tempo trará a resposta, reafirmando que este trabalho não termina no ponto final.

A situação do Jardim Europa preocupa, visto que, é uma ocupação que teve início nos anos 90 e até os dias atuais não foi resolvido o seus principais problemas estruturais, enquanto isso, o Estado urbaniza os arredores da região em prol do desenvolvimento econômico. Ressalva-se a importância e relevância deste lugar ser considerado uma ZEIS. Porém, sabe-se que existem outros lugares na cidade em condições semelhantes – como a Conceição e/ou Riacho das Piabas – que não são consideradas ZEIS.

Por fim, na comunidade do Jardim Europa, pôde-se observar desigualdades socioespaciais proveniente do modo de produção capitalista e de uma perspectiva história e estrutural, visto que, o local é resultado de uma ocupação e a problemática da habitação e

moradia é de escala mundial. Além disso, no local, nota-se a nítida diferenciação socioespacial entre campo e cidade a partir da divisão do trabalho, pela localização periférica e por conta dos costumes e hábitos dos moradores primeiros.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA: texto para discussão, n. 702, 2000, 33p. *In*: BERNADELLI, Maria Lúcia F. da H. Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2008.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5.ed. Editora: Atlas, São Paulo – SP, 1986.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro**. (1907 – 1957). Dissertação (Mestrado) em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba – Campina Grande, 1991.
- BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: **Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1ª ed, 2001.
- BARROS FILHO, M. N. M. et. al. **Densidade e forma urbana: o caso das ZEIS em Campina Grande**. XVIII ENAPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiiennapur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1185>.
- CABRAL FILHO, S. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande – UFCG, 2009.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. 1. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- CARLOS, A. F. **Diferenciação Socioespacial**. CIDADES, v.4, n.6, p. 45–60, 2007.
- CARLOS, A. F. Uma Geografia do Espaço. *In*: Org. CARLOS&CRUZ. **A Necessidade da Geografia**, São Paulo: Contexto, 2019.
- CARLOS, A. F. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”**. Dossiê • Rev. Direito e Práx.11(01),2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/?format=html#>.
- CARLOS, A. F. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? *In*: CARLOS, A. F. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CORRÊA et. al. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

CORRÊA, R. L. Processos Espaciais e a Cidade. In: **Trajatórias Geográficas**. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Org: CARLOS et al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-53.

CARVALHO, M. J. F. **Para além da pedra e cal: discursos e imagens de Campina Grande (1970 – 2000)**. EDUEPB, 2017.

COSTA, A. A. da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande – PB na interface desse processo**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

COSTA, A. A. da; ANDRANDE, J. L. A. de. **Uma breve reflexão sobre a configuração territorial de Campina Grande – PB**. Revista GeoSertões (Unageo-CFP-UFCG). Vol. 4, nº 8, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso: 20/08/2021.

DANTAS, D. R. **Regularização urbanística-fundiária e provisão habitacional: as ZEIS em Campina Grande (2009 – 2018)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFRN – Natal, 2019.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. Editora: Hucitec, São Paulo - SP, 1980.

HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave**. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18625/13595> Acesso: 24/09/2021.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: um primeira aproximação**. Estudos e Pesquisas Informação Geográfica, n.11, Rio de Janeiro - RJ, 2017.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Editora: Martin Claret, São Paulo – SP, 2004. Obra original: Kritik der Reinen Vernunft, 1781.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. 1. reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Título original: *Le droit à la ville – suivi de Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

LEFEBVRE, H. **L'idéologie structuraliste** (Paris: Éditions Anthropos), 1971. *In: LENCIONI, S. Totalidade e Tríades: compreendendo o pensamento de Henri Lefebvre*, 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro 2001. (Original: *Le droit à la ville*).

LENCIONI, S. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 4, p. 109 - 123, 2008.

LENCIONI, S. **Totalidade e Tríades: compreendendo o pensamento de Henri Lefebvre**. p. 251 – 266, 2018. Disponível em:
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20181003014033/Políticas_publicas_territorio.pdf#page=252.

LIMA, D. de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. 2004, 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Econômica / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. *In: VALVERDE, A. T. Entre a microrregião e a região metropolitana: considerações sobre Campina Grande – Paraíba*.

LIMA, Y. S. **A política habitacional em Campina Grande**. Dissertação (Mestrado Geografia), UFPB – João Pessoa, 2010.

MAIA, D. S et. al. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. *In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. Agentes Econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MAIA, D. S. **A periferização e fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande – PB, Brasil**. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XIV, núm. 331 (80), 1 de agosto de 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. *In: RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica*. Revista da ANPEGE, v.2, n.2, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1985.

MORAES, D. **Revisitando as ZEIS e o PREZEIS no Recife: entre o “reformismo” e o Direito à Cidade**. XVII ENAPUR – São Paulo, 2017.

RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade**. CIDADES, v.4, n.6, p. 73-88, 2007.

ROLNICK, R. et. al. **Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. *In: Revista de Direito da ADVOCEF – Ano VII – Nº 13 – Nov 11*. p. 123 – 158.

ROSA, L. R; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Orgs) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SÁ, M. B. de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986. *Apud* COSTA, A. A. da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande – PB na interface desse processo**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SANTOS, A. C. N. **VULNERABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL EM ÁREAS DE RISCO A ENCHENTES: Estudo de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na cidade de Campina Grande- PB**. (Dissertação – Mestrado em Geografia). UFPE, Recife, 2017.
SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed., 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2013. Original: 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. 9. reimpr. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Original: 1996.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Livraria Nobel S.A, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Original: 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020. Original: 2000.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Org. CARLOS, A. F; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Editora: Contexto. São Paulo: 2011.

VILLAÇA, F. **Dilemas do Plano Diretor**. In: O município no século XXI: Cenários e Perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. 1999. 237-247p.

VENTURA, M. M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev. SOCERJ. 2007.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87)

APÊNDICE A: Roteiro da entrevista virtual



ROTEIRO ENTREVISTA

- Identificação do entrevistado

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Naturalidade
- 4) Profissão
- 5) Quanto tempo reside no bairro?

- Sobre a História e Origem do bairro e da ZEIS

- 1) Quando surgiram os primeiros moradores?
- 2) Como foi o processo de ocupação na região?
- 3) Quais as principais características do bairro antes? E hoje, muita coisa mudou?
- 4) Existe relação entre atividades rurais com a história do bairro? Se sim, qual?
- 5) Qual a importância da região ser considerada uma ZEIS? Como se deu essa luta?
- 6) Como a senhora enxerga o bairro no futuro?

- As práticas rurais no espaço urbano

- 1) Quais atividades rurais acontecem no bairro?
- 2) Como a senhora enxerga a manutenção dessas práticas hoje em dia?

Entrevista dia 05/05/2021

APÊNDICE B: Questionário aplicado na comunidade do Jardim Europa



QUESTIONÁRIO – TCC

Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Profissão?
Idade?
Quantas pessoas residem na sua casa?
Onde morava antes?
Quais as principais dificuldades enfrentadas na comunidade?
A sua casa é própria ou alugada? <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada
Se for própria, você tem a escritura da casa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você sabe o que são as ZEIS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

APÊNDICE C: Link para os documentários ZEIS:

<https://uepb.edu.br/projeto-de-extensao-lanca-micro-documentarios-sobre-a-luta-pela-moradia-em-campina-grande/>

<https://www.youtube.com/channel/UCnIxf7AGQHE-wsa6hNEUfxA>

APÊNDICE D: Link para Cartilha ZEIS:

<https://uepb.edu.br/cartilha-sobre-participacao-popular-nas-zonas-especiais-de-interesse-social-e-lancada-por-projeto-de-extensao/>

<https://eduepb.uepb.edu.br/download/cartilha-zeis-a-cidade-e-nossa/>